



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202068000010	Distribuição: 07/01/2020
Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028	Competência: Frei Paulo
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Acidente de Trânsito

Dados das Partes

Requerente: rafael vieira reges da cruz
Endereço: POVOADO ALAGADIÇO
Complemento:
Bairro: POVOADO ALAGADIÇO
Cidade: FREI PAULO - Estado: SE - CEP: 49514000

Requerente: Advogado(a): ERIVALDO MACEDO MENDES 3512/SE

Requerente: davi vieira reges da cruz
Endereço: POVOADO ALAGADIÇO
Complemento:
Bairro: POVOADO ALAGADIÇO
Cidade: FREI PAULO - Estado: SE - CEP: 49514000

Requerente: Advogado(a): ERIVALDO MACEDO MENDES 3512/SE

Requerente: emilly victoria vieira da cruz
Endereço: POVOADO ALAGADIÇO
Complemento:
Bairro: POVOADO ALAGADIÇO
Cidade: FREI PAULO - Estado: SE - CEP: 49514000

Requerente: Advogado(a): ERIVALDO MACEDO MENDES 3512/SE

Requerente: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA
Endereço: POVOADO ALAGADIÇO
Complemento:
Bairro: POVOADO ALAGADIÇO
Cidade: FREI PAULO - Estado: SE - CEP: 49514000

Requerente: Advogado(a): ERIVALDO MACEDO MENDES 3512/SE

Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua da Assembléia
Complemento: - 26º andar
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011904

Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

07/01/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202068000010, referente ao protocolo nº 20191223091100119, do dia 23/12/2019, às 09h11min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Seguro, Acidente de Trânsito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FREI PAULO (SE).

RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ, brasileiro, menor, incapaz, endereço de e-mail: não possui, portador do CPF n.º 069.480.645-58, Identidade n.º 3.848.658-0, SSP (SE), **DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ**, brasileiro, menor, incapaz, endereço de e-mail: não possui, portador do CPF n.º 069.480.915-20, Identidade n.º 3.848.655-5, SSP(SE) e **EMILLY VICTÓRIA VIEIRA DA CRUZ**, brasileira, menor, incapaz, endereço de e-mail: não possui, portadora do CPF n.º 082.894.385-08, Identidade n.º 3.848.220-7, SSP(SE), todos representados por sua genitora **MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SILVA**, brasileira, maior, capaz, solteira, lavradora, endereço de e-mail: não possui, portadora do CPF n.º 054.749.374-66, Identidade n.º 2002002053270, SSP(AL), todos residentes e domiciliados no Povoado Alagadiço, s/n, Área rural, Frei Paulo (SE), CEP 49.514-000, vêm a presença de Vossa Excelência, com todo o respeito, por meio do seu procurador firmatário, devidamente constituído propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA

Frente a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, Sociedade Anônima Fechada, CNPJ n.º 09.248.608/0001-04, endereço eletrônico: presidencia@seguradoralider.com.br, localizada na Rua da Assembleia, n.º 100, 26º Andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.011-904, pelos fatos e fundamento adiante elencados:

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Praça Santa Luzia, 288, Edifício Agnelo Mendes - Pov. Colônia 13 – Lagarto (SE)
Praça São José, 143, Edifício Maria do Socorro Macedo- Pov. Jenipapo- Lagarto (SE)
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 99989-1942 / 99987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br

I - PRELIMINARMENTE

I.1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente, os requerentes asseveram que não estão em condições de arcar com custas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, eis que são menores e incapazes, bem como pelo fato de sua genitora ser isenta da Declaração anual de imposto de renda – pessoa física, por não receber rendimentos sujeitáveis ao referido tributo, consoante se observa dos documentos anexos.

Assim, requerem os benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do artigo 99 do NCPC.

I.2. DA QUALIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Excelência, cumpre destacar que os requerentes são filhos do falecido.

Assim, conforme prevê o artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 8.441/92, os demandantes fazem jus à indenização do seguro DPVAT, na condição de beneficiários.

Desse modo, se valem as partes das vias judiciais, para a solução do intento e consequentemente serem indenizadas conforme estabelece o artigo 792 do Código Civil.

I.3. DA NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO – OS BENEFICIÁRIOS SÃO MENORES

Consoante estabelece o art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil, o prazo prescricional da ação de cobrança da indenização que o beneficiário pode promover contra o segurador corresponde a 03 (três) anos.

Não obstante, tratando-se de menor absolutamente incapaz, o prazo prescricional estará suspenso até que este venha atingir a maioridade, conforme o disposto no art. 198, inciso I do Código Civil, vejamos:

Art. 198. Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;

* Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)(Vigência).

Neste sentido, vejamos o entendimento jurisprudencial:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADEVISÓRIO. **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VÍTIMA MENOR DE IDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA SEGURADORA. REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. NÃO CORRE EM DESFAVOR DE MENOR DE IDADE. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. LAUDO PERICIAL. (...) 2. Prejudicial de prescrição. Não corre o prazo prescricional previsto contra menor absolutamente incapaz (art. 198, inciso I, do Código Civil). Prescrição afastada.** (...) (TJ-PE – APL: 4622706 PE, Relator: Francisco Manoel Tenório dos Santos, Data de Julgamento: 18/10/2018, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 29/10/2018). – Grifos nossos.

Portanto, sendo os autores menores, nascidos em 01/03/2004, 17/03/2005 e 12/03/2012, tem-se que contra eles não corre a prescrição.

I.4. DA DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA

Trata-se de ação de cobrança, na qual os autores objetivam indenização a título de seguro DPVAT.

No presente caso, a ausência da reclamação administrativa não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via extrajudicial, de acordo com o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes

no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Ademais, em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo beneficiário do seguro se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, conforme o dispositivo legal supracitado.

Assim julgou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS. CABIMENTO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. IRRELEVANCIA DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA.

(...)

Para a concessão da indenização do seguro DPVAT é irrelevante o esgotamento da via administrativa, uma vez que o beneficiário pode ingressar diretamente com o pedido judicial, bastando a simples prova da ocorrência do sinistro e do dano dele decorrente. – Grifo nosso.

Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial.

Desse modo, não há que se falar em carência de ação.

I.5. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Há diversas decisões já sedimentadas quando o assunto é seguro DPVAT, dentre as mais importantes relacionamos a **legitimidade passiva “ad causam” de qualquer seguradora integrante do consórcio**, assim decidiu o STJ, RESP n.º 401.418-MG(2001/01944323-0):

SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. CONSÓCIO. LEGITIMIDADE DE QUALQUER SEGURADORA QUE OPERA NO SISTEMA:

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Praça Santa Luzia, 288, Edifício Agnelo Mendes - Pov. Colônia 13 – Lagarto (SE)
Praça São José, 143, Edifício Maria do Socorro Macedo- Pov. Jenipapo- Lagarto (SE)
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 99989-1942 / 99987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br

De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado o seu direito de regresso.

Precedente. Recurso conhecido e provido.

Reza o art. 7º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92:

“Art. 7º - A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será pago nós mesmos valores, condições e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.

Os nossos precedentes repetem os termos da lei:

Recurso especial. Seguro Obrigatório.

1. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou.

2. Recurso especial conhecido e provido” (RESP nº. 68146/SP, 3º Turma, rel. o em. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 17/08/1998).

“Seguro obrigatório. Lei 6.194/74. Art. 7º. Veículos identificados. Seguradora não identificada.

Ocorrido o fato na vigência da Lei 6.194/74, antes de modificada pela Lei 8441/92, e antes da formação do consórcio de seguradoras, pode a ação ser proposta contra qualquer seguradora que opere no ramo, em caso de acidente com veículo não identificado (Resp207.630/ES, rel. o em. Min. César Asfor Rocha).

- A impossibilidade de identificação da seguradora do veículo em que estava a vítima equipara-se à falta de identificação de veículo para o efeito de aplicar-se regra do art. 7º da Lei 6194/74.

Recurso conhecido em parte e provido” (REsp nº 323276/SP, 4º Turma, de minha relatoria).

DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓIO. VEÍCULOS IDENTIFICADOS. LEGITIMIDADE PASSIVA.RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA. A indenização do seguro

obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes. Recurso especial conhecido e provido. (RESP 602165/RJ (2003/0191609-9)).

Como se demonstra com base na lei e na vasta e pacífica jurisprudência nos tribunais, é cabido o pagamento da indenização do DPVAT (seguro obrigatório), por qualquer seguradora integrante do consórcio DPVAT, no caso de morte ou invalidez permanente.

Desse modo, resta configurada a legitimidade passiva da presente ação.

II - DOS FATOS

Os requerentes são filhos de **JOSÉ REGES DA CRUZ**, falecido aos 08/02/2015, conforme Certidão de Óbito, Registro de Ocorrência Policial e Documentos pessoais, todos anexos a estes autos.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente.

Devido ao fato de a morte do “*de cujus*” ter se dado em virtude de acidente de trânsito, os requerentes fazem jus à indenização do Seguro DPVAT, na condição de beneficiários, conforme prevê o artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 8.441/92.

É válido ressaltar que o artigo 3º, inciso I, fora alterado pela Lei n.º 11.482/2007, a qual fixou o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para indenização de sinistros tendo como consequência a morte.

Para o recebimento da indenização, dispõe a Lei n.º 8.441/92, em seu Art. 5º, § 1º, alínea “a”, que:

Art. 5º A indenização referida neste artigo será paga no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Praça Santa Luzia, 288, Edifício Agnelo Mendes - Pov. Colônia 13 – Lagarto (SE)
Praça São José, 143, Edifício Maria do Socorro Macedo- Pov. Jenipapo- Lagarto (SE)
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 99989-1942 / 99987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br

(...)

a) certidão de óbito; registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

Ora, Excelência, conforme dispõe o artigo 5º, § 1º, alínea “a” da Lei n.º 8.441/92, os demandantes dispõem de todos os documentos acima entabulados, bem como toda documentação da qualidade de dependentes.

Ademais, a parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo.

Portanto, no presente caso, a falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

Desta feita, resta como alternativa aos Autores invocarem a tutela jurisdicional, a fim de receberem a indenização do seguro DPVAT, por ser de inteira e da mais lúdima Justiça.

III - DOS FUNDAMENTOS

As ações do seguro DPVAT, como visam dar um lenitivo aos dependentes do falecido, tem que se desenvolver em um rito célere, conforme se observa nos ensinamentos de Rafael Tárrega Martins em seu livro “Seguro DPVAT”, Ed. LZN, Campinas (SP), 1.^a Edição, pág. 74, vejamos:

“A Lei instituidora do seguro obrigatório deve ser interpretada axiológica, teleológica e historicamente, ou seja, há que se considerar na sua aplicação os valores que ela comporta, seu fim e, ainda, a mens legis que a impulsionou. Nesse contexto, há que se reconhecer que o DPVAT possui um valor social, na medida em que destina a ser um primeiro lenitivo às vítimas de acidente de trânsito e seus dependentes e, por isso mesmo, como já externamos, o legislador filou-o àquele procedimento que mais celeremente atendesse a seu valor e seu objetivo”.

Ocorre que, corriqueiramente não é isso que se observa, pois as seguradoras criam uma série de embaraços para que os beneficiários sejam indenizados.

No presente caso, os requerentes fazem jus a receberem a indenização do seguro DPVAT por parte da requerida, em virtude do falecimento do seu genitor ter se dado em acidente de trânsito.

Por seu lado, o Art. 5º, § 1º, alínea “a” da Lei n.º 8.441/92 exige os seguintes documentos, para que a indenização seja paga:

Art. 5º- A indenização referida neste artigo será paga no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

(...)

a) Certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários, no caso de morte.

Logo, conforme dispõe o artigo legal supracitado, os demandantes dispõem de todos os documentos acima entabulados, bem como toda documentação da qualidade de dependentes.

Desse modo, se valem as partes das vias judiciais, para a solução do intento e consequentemente serem indenizadas conforme estabelece o artigo 792 do Código Civil.

IV - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requerem:

A citação da Requerida, na pessoa de seu representante legal, no endereço já indicado, para que, querendo, conteste a presente peça exordial, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato, de acordo com o artigo 344 do NCPC;

Os requerentes informam o **NÃO** interesse pela realização da audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, inciso VII, do Novo Código de Processo Civil;

Seja julgada procedente a presente demanda, condenando-se a Demandada à fixação da indenização do seguro DPVAT, pela ocorrência morte, no valor fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sendo esta quantia atualizada monetariamente desde a data do evento danoso morte, qual seja, 08/02/2015 e juros de 1% a.m. desde a sua citação;

A intimação do Ilustre representante do Ministério Público a todos os termos da presente ação, com fulcro no art. 178, inciso II, do NCPC;

A condenação da Requerida ao pagamento de honorários advocatícios, na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, custas e despesas processuais e demais verbas consectárias;

Requer, ainda, os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, ambos do NCPC, por serem pobres no sentido jurídico do termo;

Por fim, não obstante a prova da pretensão autoral já encontrar-se sobejamente pré-constituída na documentação adunada à inicial, *ad cautelam*, protestam e requerem pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente documental ora juntada e futuros, testemunhal, depoimento pessoal da Requerida, sob pena de confesso, perícias e tudo mais que seja necessário à fiel comprovação dos fatos ora narrados.

Dá a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Frei Paulo (SE), 20 de dezembro de 2019.

Bela. ROSANA NASCIMENTO SILVA
OAB/SE 7043

Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Praça Santa Luzia, 288, Edifício Agnelo Mendes - Pov. Colônia 13 – Lagarto (SE)
Praça São José, 143, Edifício Maria do Socorro Macedo- Pov. Jenipapo- Lagarto (SE)
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 99989-1942 / 99987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br

OAB/SE 3512

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"



OUTORGANTE(S): **MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SILVA**, brasileira, maior, solteira, endereço de e-mail: não possui, portadora do CPF nº 054.749.374-66, e do RG 2002002053270, SSP/AL, Representante legal do menores: **RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ**, brasileiro, menor e representado por sua genitora, Estudante, endereço de e-mail: não possui, portador do CPF nº 069.480.645-58, e do RG 3.848.658-0, SSP/SE, **DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ**, brasileiro, menor e representado por sua genitora, portador do CPF nº 069.480.915-20, RG nº 3.848.655-5, SSP(SE), e **EMILLY VICTORIA VIEIRA DA CRUZ**, brasileira, menor e representada pela sua genitora, portadora do CPF nº 082.894.385-08, RG nº 3.848.220-7 SSP(SE), ambos residentes e domiciliados no Povoado Alagadiço S/N, município de Frei Paulo/SE, CEP: 49.514.000, pelo presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO**, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado:

OUTORGADO(S): **ERIVALDO MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade de advogados, regularmente registrada na OAB/SE sob o nº 370/2016, com sede localizada na Praça Sebastião Garcez, 04, Edif. Erivaldo Mendes, Centro – Lagarto (SE), CEP: 49400-000 Telefone (79) 3631-4563, a quem confere:

PODERES: Para o foro em geral, com a cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", inclusive os enumerados na parte "in fine" do art. 105, do NCPC, NA PRESENTE AÇÃO, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, remir, adjudicar, assinar escrituras públicas, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber citação inicial, reconhecer a procedência do pedido, pedir justiça gratuita, assinar declaração de hipossuficiência econômica, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, passar recibo, receber e dar quitação, fazer levantamento de depósitos judiciais, impugnar, assinar quaisquer termos e praticar quaisquer atos em defesa do outorgante, inclusive contestar, recorrer, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Lagarto (SE), 13 de Novembro de 2019.


MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SILVA



JOSE ROSA DA CRUZ
RUA...
Cidade...
Estado...
CEP...

Letras Automáticas 00003441243

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Mar / 2018

UC (Unidade C

...
...
...
...
...

...
...

...
...

...

...

...

...

...

...

Anterior
Data
Leitura

...

...

...

...

...

...

...

Média últimos meses (kWh)

VENCIMENTO
03/04/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 65,80

Histórico de Consumo (kWh)

e2f1 2192 175b 2941 82b4 0822 4cbe d72a

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
...
...
...
...
...

Discriminação	Valor (R\$)	%
...
...
...
...
TOTAL	65,80	100,00

ATENÇÃO

Faturas em atraso
Jul/17 57,30

AVISO: Permanecendo em atraso as faturas anteriores, a suspensão da prestação de serviço poderá ocorrer, bem como a inclusão do nome no cadastro de inadimplentes, o que poderá acarretar em maiores custos de atendimento e cobrança.

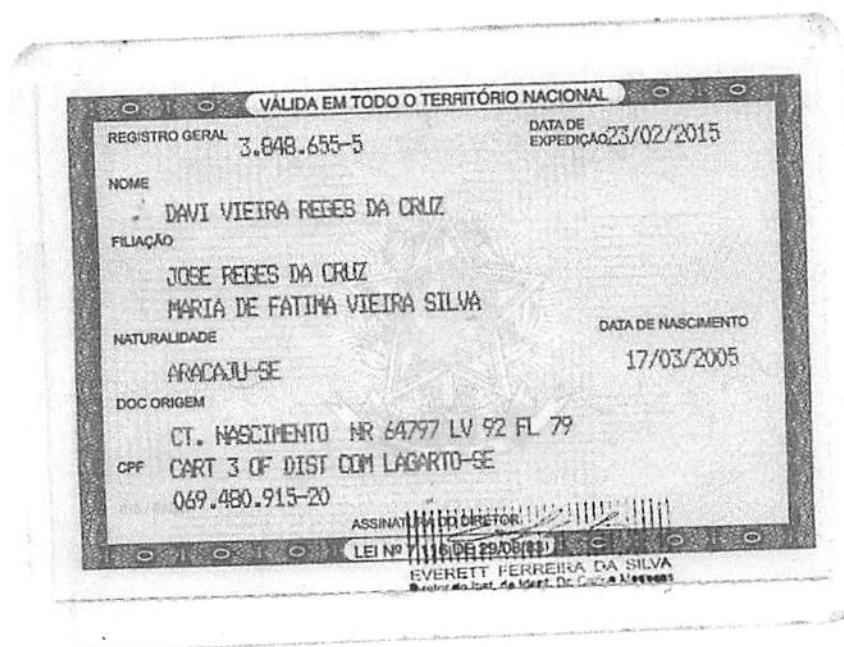
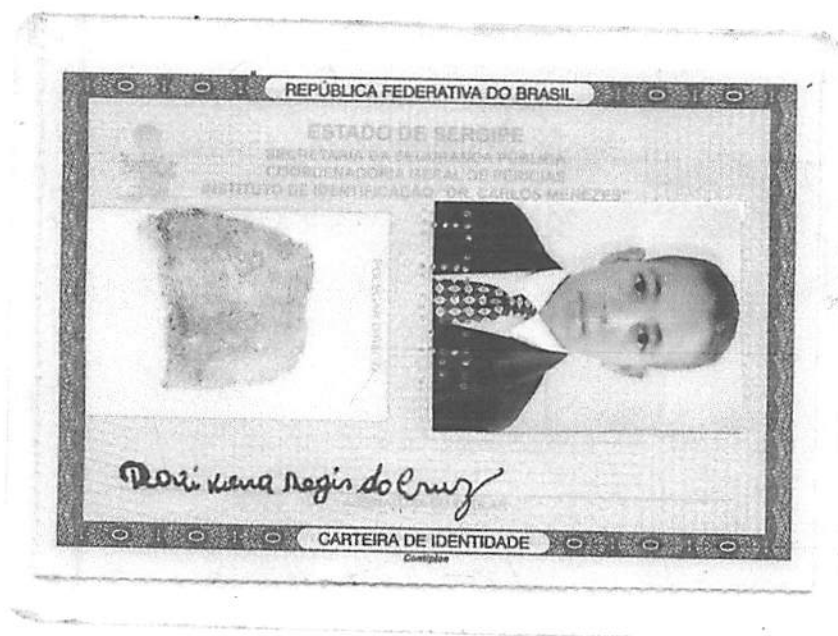
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

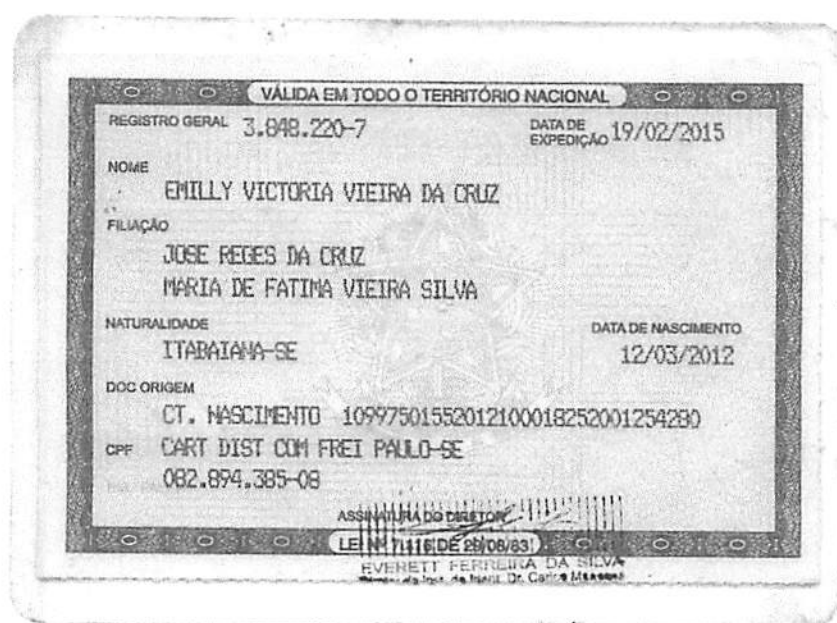
Eu, **MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SILVA**, brasileira, maior, solteira, endereço de e-mail: não possui, portadora do CPF nº 054.749.374-66, e do RG 2002002053270, SSP/AL, **declaro**, na forma do art. 1º da Lei n.º 7.115, de 29 de agosto de 1983, que resido no **POVOADO ALAGADIÇO, S/N, MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE), CEP:49.514-000**, e, na forma do art. 3º do mesmo diploma, estou ciente da responsabilidade da declaração, inclusive das sanções do art. 299 do Código Penal.

Lagarto (SE), 13 de novembro de 2019.


MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SILVA







BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Situação das Declarações IRPF 2019

Prezado Contribuinte (CPF 054.749.374-66),

MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.



Em Brasília - DF

19/12/2019

16:21

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 054.749.374-66



Nome: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA

Data de Nascimento: 24/03/1985

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: 03/07/2002

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 16:23:11 do dia 19/12/2019 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: 0F14.7C82.CE11.DFE0



CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

JOSÉ REGES DA CRUZ

MATRÍCULA:

1104940155 2015 4 00111 251 0036871 17

SEXO

masculino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

solteiro, com 33 anos de idade

NATURALIDADE

Frei Paulo - SE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG - 3.210.800-1 - SE

ELEITOR

era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

JOSÉ ROSA DA CRUZ e OTILIA REGES DA CRUZ Rua Brasília, nº 321, povoado Aladadiço, Frei Paulo - SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

oito de fevereiro de dois mil e quinze às 08:20 horas

DIA MÊS ANO

08/02/2015

LOCAL DE FALECIMENTO

HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe em Aracaju - SE

CAUSA DA MORTE

Traumatismo Cranioencefálico, Ação Contundente

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)

Povoado Alagadiço - Frei Paulo - SE

DECLARANTE

OSMAR REGES DA CRUZ

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

SOLANGE SOUZA LIMA, CRM:1250

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

deixou 03 (três) filhos: Rafael Vieira Reges da Cruz (01/03/2004); Davi Vieira Reges da Cruz (17/03/2005); Emilly Victoria Vieira da Cruz (12/03/2012) VÁLIDA SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

8º OFÍCIO - NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ARACAJU

Tabelião / Oficial: Daniel Pierete

Aracaju/SE - 49010-390

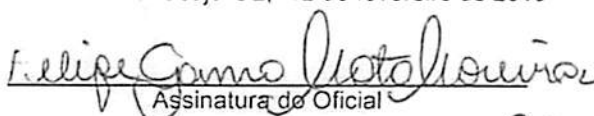
Rua Lagarto, 1332 - Centro

(79) 3214-3397

www.cartoriopierete.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Aracaju-SE, 12 de fevereiro de 2015


Assinatura do Oficial

ISENTA DE EMOLUMENTOS



I	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal	2 Data do óbito 08/02/2015 08:20	3 Cartão SUS	4 Naturalidade FREI PAULO-SE
	5 Nome do Falecido JOSE REGES DA CRUZ			
	6 Nome do Pai JOSE ROSA DA CRUZ		7 Nome da Mãe OTILIA REGES DA CRUZ	
	8 Data de nascimento 03/11/1981	9 Idade 33	10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem. <input type="checkbox"/> I - Ignorado	11 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input checked="" type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela
II	12 Situação conjugal <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo		13 Escolaridade (última série concluída) Nível <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input checked="" type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série)	
	14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) AGRICULTOR		15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) RUA BRASILIA	
	16 CEP 321		17 Bairro/Distrito RUA MAGADICO	
	18 Município de residência FREI PAULO		19 UF SE	
III	20 Local de ocorrência do óbito <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Outros estab. saúde		21 Estabelecimento HUSE	
	22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.)		23 CEP	
	24 Bairro/Distrito		25 Município de ocorrência ARACAJU	
	26 UF SE			
IV	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE			
	27 Idade (anos)	28 Escolaridade (última série concluída) Nível <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input checked="" type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série)	29 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)	30 Código CBO 2002
	31 Número de filhos vivos	32 Nº de semanas de gestação	33 Tipo de gravidez <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e mais	34 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Vaginal <input type="checkbox"/> Cesáreo
	35 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado	36 Peso ao nascer Gramas	37 Número da Declaração de Nascido Vivo	
V	ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL			
	38 A morte ocorreu <input type="checkbox"/> Na gravidez <input type="checkbox"/> No parto <input type="checkbox"/> De 43 dias a 1 ano após o término da gestação <input type="checkbox"/> Não ocorreu nestes períodos			
	39 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado			
	40 Necropsia? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado			
VI	CAUSAS DA MORTE			
	PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.			
	CAUSAS ANTECEDENTES Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.			
	PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.			
VII	ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA			
	a TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO			
	b ACÇÃO CONTUNDENTE			
	c -			
VIII	Médico			
	41 Nome do Médico SOLANGE SOUZA LIMA		42 CRM 1250	
	43 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 3216-5429		44 Data do atestado 08/02/2015	
	45 Assinatura [Assinatura]		46 Município e UF do SVO ou IML ARACAJU SE	
IX	PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)			
	47 Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio		48 Fonte da informação <input checked="" type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital	
	49 Descrição sumária do evento Vítima de acidente de trânsito		50 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input checked="" type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial <input type="checkbox"/> Outros	
	51 Endereço do local do acidente ou violência Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		52 Município e UF ARACAJU SE	
X	Causas externas			
	53 Cartório		54 Registro	
	55 Município		56 Data	
	57 Declarante		58 Testemunhas	



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3.210.800-1 DATA DE EXPEDIÇÃO: 20/04/2002

NOME: JOSE REGES DA CRUZ

FILIAÇÃO: JOSE ROSA DA CRUZ
DILIA REGES DA CRUZ

NATURALIDADE: F. PAULO-SE DATA DE NASCIMENTO: 01/11/1981

DOC ORIGEM: CT. NASCIM. NR 10397 LV A11-FL 201V

CPI: CART. DIST. CARIRA CON. DE F. PAULO-SE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

147 310

CARTeira DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR: Jose Reges da Cruz

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 016.792.585-75



Nome: JOSE REGES DA CRUZ

Data de Nascimento: 01/11/1981

Situação Cadastral: TITULAR FALECIDO



Data da Inscrição: 13/08/2002

Digito Verificador: 03

ATENÇÃO: consta, na base de dados da Receita Federal do Brasil, a informação de falecimento do titular deste CPF.

Ano de óbito: 2015

Comprovante emitido às: 17:37:55 do dia 19/12/2019 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: B562.00FA.16DF.2A71





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE FREI PAULO

RODOVIA BR 235, KM 735, CEP 49514000, CENTRO FONE:(0) 3447-1304

Boletim de Ocorrência 2015/06545.0-000041 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE FREI PAULO

Endereço: RODOVIA BR 235, KM 735, CEP 49514000, CENTRO FONE:(0) 3447-1304

FATO

Natureza: MORTE A APURAR

Data e Hora do Fato: 08/02/2015 - 12:00 até 08/02/2015 - 12:00

Endereço: POVOADO ALAGADIÇO Número: Complemento: CEP: 49514-000

Bairro: POV ALAGADIÇO Cidade: FREI PAULO - SE Circunscrição: DELEGACIA PLANTONISTA DE ARACAJU

Tipo de local: VEICULO Meio Empregado: OUTRO

NOTICIANTE

Nome: CICERO REGES DA CRUZ

Nome do pai: JOSE ROSA DA CRUZ Nome da mãe: OTILIA REGES DA CRUZ

Pessoa: Física CPF/CGC: 011.528.715-95 RG: 21663114 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: FREI PAULO Data de nascimento: 10/08/1979 Sexo: Feminino Cor da cútis: Parda

Profissão: PEDREIRO Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POVOADO ALAGADIÇO Número: Complemento:

CEP: 49.000-000 Bairro: POV.AL Cidade: FREI PAULO UF: SE

Proximidades: Telefone: 81723415

VÍTIMA

Nome: JOSE REGES DA CRUZ

Nome do pai: JOSE ROSA DA CRUZ Nome da mãe: OTILIA REGES DA CRUZ

Pessoa: Física CPF/CGC: 016.792.585-75 RG: 32108001 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: FREI PAULO Data de nascimento: 01/11/1981 Sexo: Masculino Cor da cútis: Parda

Profissão: CANTOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau Completo

Endereço: RUA BRASILIA Número: 321 Complemento:

CEP: 49.514-000 Bairro: POV ALAGADIÇO Cidade: FREI PAULO UF: SE

Proximidades: Telefone: 8136-1289

PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Perícia: IML Guia de Exame

Descrição: exame necroscópico (guia de morto) encam Del.Frei Paulo - JOSE REGES DA CRUZ

HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE SER IRMÃO DO SR.JOSÉ REGES DA CRUZ, portador da RG: 3.210.800-1 e do CPF: 016.792.585-75, natural de Frei Paulo-SE, filho de José rosa da Cruz e Otilia Rosa da Cruz, que no dia 24/01/2015 estava pilotando uma moto 150 Honda, azul, placa não informada, no povoado alagadiço quando caiu e bateu a cabeça e ficou em estado de Côma durante 15 dias no Hospital João Alves vindo a falecer no dia de hoje por volta das 09:30h. Diante dos fatos mencionados registra-se e dá providências a esta autoridade policial competente.

Sr. Escrivão/Agente Cartório, intime todos os envolvidos e testemunhas, expeça-se ordem de missão (de ordem) p/ as diligências que este caso requer (localizar endereços, pessoas e objetos relacionados com este crime), junte-se as oitivas e o relatório de missão, após conclusos.

Data e hora da comunicação: 08/02/2015 às 12:20
Responsável pela Alteração: Leogenes Bispo Correa

, Última Alteração: 10/02/2015 às 11:21.

Cicero Reges da Cruz

CICERO REGES DA CRUZ
Responsável pela comunicação

Werner Azevedo de Almeida
Delegado(a) de Polícia

Leogenes Bispo Correa
Leogenes Bispo Correa
Responsável pelo preenchimento

Leogenes Bispo Correa
Leogenes Bispo Correa
Delegado de Polícia Civil

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Jose Regis da Cruz
DATA DA ENTRADA: 25/01/2015
DATA DA SAÍDA: 08/02/2015

INTERNAMENTO: PS (☒) ENFERMARIA (☒) UTI (☒)

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito, deu entrada no HUS com politraumatismo, Glasgow=13, relato de vômitos, fratura fronto-temporal direita, contusão fronto-temporal direita, hemorragia subdural e hemorragia subaracnóide além de fratura do maxilar. Como intercorências teve insuficiência renal e hipernatremia, necessitou permanecer suporte intensivo, ventilação
HISTÓRICO CIRÚRGICO: mecânica e sedativos.
Evoluiu para óbito em 08/02/2015.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Tomografia do Crânio e da Face

Hemograma

Albumina, Bilirrubinas, Creatinina, Globulina

Proteína total, TGO, TGP, PCR, Sódio, Potássio

Amilase

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dra Tassiana Costa M Santos - CRM 2164

Dr André Luiz S Barreto - CRM 1177

Dr Gildário Rocha Filho - CRM 4784

Dr Victor Barros - CRM 3296

Dra Tamara Oliveira Rocha - CRM 4655

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO () TRANSFERIDO () ÓBITO (☒)

ARACAJU, 31 de julho de 2015

Silma - CRM 1532

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário.

Dra. Selma T. de C.S. Montalvão
Pediatria
CRM 1532

Victor Barros Madureira
GERENTE SAME - HUSE

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BR: 1121139
CNS:DATA: 25/01/2015 HORA: 00:40
SETOR: 06-SUTURAUSUÁRIO: ⁰⁰¹⁰⁵ ¹ SANTOS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: JOSE REGIS DA CRUZ

IDADE: 33 ANOS NASC: 00/00/0000

ENDERECO: RUA BRASILIA

COMPLEMENTO:

BAIRRO: POV ALAGADICO

MUNICÍPIO: FREI PAULO

UF: SE

CEP: -

NOME PAI/MAE: JOSE ROSA DA CRUZ

/OTILIA REGIS DA CRUZ

RESPONSÁVEL: OCIMAR REGIS - IRMAO

SEXO: MASCULINO

PROCEDENCIA: FREI PAULO

NUMERO: 321

ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)

CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO

TRAUMA: NAO

ACID. TRABALHO: NAO

VEICULO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Paciente vítima de acidente motociclistico há 8 horas. Apresenta um
1 (uma) machucado. Não alergias. Ao exame = (A) Vias aéreas livres (B)
MU+ em A.Hts sem ruídos adventícios (C) Pulso radial propulsivo, normocore
ANOTAÇÃO DA ENFERMAGEM: 2 BRUE (D) ECG = 14 (E) Trauma em crânio, per
to certa contusão em braço esquerdo (já suturado)

DIAGNOSTICO:

Politrauma

Dr. Marcos Rogério Kröger Galo
Cirurgia Geral
CREMESP 1993

CID:

T02

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

1. Avaliação da Cirurgia Bucalmaxila

2. Avaliação da Neurocirurgia

3.

Dr. Marcos Rogério Kröger Galo
Cirurgia Geral
CREMESP 1993

DATA DA SAÍDA: ___/___/___

HORA DA SAÍDA: ___:___

ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

ENCAMINHADO AO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APÓS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATO

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

BMF
25/01/15
DL: 00

Paciente vítima de acidente motorciclístico, com perda de consciência,
no momento do acidente, desmaiado, expulso, após 13 horas.
Apresenta fratura exposta múltipla e 123 nódulos de pele + edema
pericárdico bilateral.

CD: ① TAC de tórax

Dr. Marcelo Amora
Rua Manoel Foca
CRO SE 325

cd:

- ① RL - 2000 ml de 42/12;
- ② Ketapal 25 mg lento.
- ③ Dipirona 250 mg 8 em 8 h lento

Dr. Marcos Rogério Kröger Galo
Cirurgia Geral
CREMSE 1993

RECEITUÁRIO - HGJAF
nome e sobrenome
1165
DATA: 25/01/2015
assina: C. S. A.

NCA

25

01

15

Paciente TCS Neutrofilia

Eco - 13 nódulos

vômitos

T de uréia: Fratura T12 T13
HEDA laivas 1 contusão T12 T13
H2AT difusa

cd: Observar

Tratamento III venoso

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Comissão de Ocu-
so Hospital de Urgência
Sergipe.

Data: 20/12/13

FICHA HOSPITALAR DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

§ Hospital _____ Entrada às 11 hs de 12 / 33

Cadáver de _____ Sexo: _____ Cor: _____ Idade: _____

Est. Civil: _____ Profissão: _____ Residência: _____

§ Removido do hospital por: () Ambulância () Polícia () Particulares () Outros

§ Local de origem da remoção com endereço completo: () residência () via pública _____ Bairro _____ km

() rodovia _____ km

() ferrovia _____ km

() local onde trabalhava _____

Empresa: _____

Com comunicação de A.T.? () Sim () Não

() outro hospital _____

Com relatório médico? () Sim (anexar cópia) () Não

§ Vítima de: () Ac. De trânsito tipo: () atropelamento

() colisão () outro _____

veículo(s) envolvido(s): () auto () moto () ônibus () caminhão

() outros _____

a vítima era: () condutor () passageiro () pedestre

() Agressão física: () arma de fogo () arma br brica () outra _____

() Queda: () de mesmo nível () de outro nível _____

() Outros: _____

§ Médico(s) responsável(eis): Dr(s) _____

§ Diagnóstico(s) _____

§ Histórico _____

§ Paciente recebido: () consciente () inconsciente () coma grau _____

() choque tipo _____ () óbito

§ Tratamentos instituídos (inclusive cirurgias): _____

§ () Realizados Exames de Diagnóstico de Morte Cerebral, conforme modelo instituído pelo CRM -

[Anexação obrigatória nos casos de retirada de órgãos para transplantes]

§ Quantidade de projéteis encontrados no Raio X: _____ Localizações: _____

Quantidade de projéteis retirados: _____ Localizações: _____

Destino dos projéteis retirados: _____

§ Óbito às _____ horas do dia _____ / _____ / _____

§ Causa provável do óbito: _____

§ Responsável pelas informações: _____

(nome e cargo legíveis)

Assinatura e rubrica

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 108653
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: JOSE REGIS DA CRUZ
Documento.....: Tipo :
Data de Nascimento: 1/01/1982 Idade: 33 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: JOSE ROSA DA CRUZ
Nome da Mae.....: OTILIA REGIS DA CRUZ
Endereco.....: RUA BRASILIA 321
Bairro.....: POV ALAGADICO
Telefone.....: 79-81314711
Município.....: 2802304 - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

NUCLEO HOSPITALAR DE EPIDEMIOLOGICA
HUSE. 12/02/2015 (3)

Comissão de Óbitos
HUSE/Hospital de Urgência de
Sergipe.
Cep.: 00000-000
Data: 27/02/14

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1121139
Clinica.....: 915 - PS VERMELHA
Leito.....: 999.0008
Data da Internacao: 27/01/2015
Hora da Internacao: 14:35
Medico Solicitante: 662.343.523-91 - VICTOR VASCONCELOS BARROS
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: VCDSOUZA

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE
PRONTO SOCORRO
ÁREA VERMELHA



Nome	JOSE REGIS DA CRUZ		Idade	33 A	Data	06/02/2015
Leito	15,5	Diagnóstico	QUEDA DE MOTO TCE (FX FT D + HSDA + CONTUSAO FT D + HSAT) TRAUMA DE FACE (FX MAXILAR) IRepA → IOT → VM / HIPERNATREMIA			

Prescrição	Horário
1 Dieta enteral a critério do SND + Agua Filtrada 200ml nos intervalos 4/4h	
2 SF 0,45% 2500 ml IV nas 24h	
3 SF 0,45% 500ml IV ACM	acm
4 Fentanil 20ml+ Midazolam 60 mg+SF 0,9% 200ml BIC ACM	acm
5 Fenobarbital 01 ampola +SF 0,9% 100ml ,IV,12/12h (Em caso de falta de Hidantal)	
6 Hidantal 100 mg,IV , 08/08h	
7 Omeprazol 40 mg IV às 6h	
8 Dipirona 02ml + AD 08 ml IV 6/6h	
9 Plasil 02 ml + AD 18 ml IV 8/8h se vômitos	
10 Glicemia capilar 6/6h	
11 Insulina Regular, SC, conforme glicemia capilar (mg/dl) < 180: Ø 181-250: 02 UI 251-300: 04 UI 301-350: 06 UI 351-400: 08 UI > 400: 10UI	
12 Glicose 50% 40ml IV in bolus se glicemia < 70 mg/dl. Repetir a glicemia após 20 min	
13 Ventilação mecânica com O2 e ar comprimido	Em uso
14 Monitorização multiparâmetros + Oximetria de pulso	Em uso
15 Cabeceira elevada 30°	nauxiliar
16 Aspiração das VAS e/ou TOT SOS	
17 Aferir PA, Tax, balanço hídrico e diurese de 4/4h	414x
18 Solicito novos exames laboratoriais	
19 ACOMPANHAMENTO COM A NEUROCIRURGIA	
20 Ceftriaxone 1g IV de 12/12h D4/10	
21 ACOMPANHAMENTO da Nefrologia	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

08/02/15) Constato obito às 08:20h
Dr. Marcus B. de Moura
MÉDICO - CRM 4083

[Faint, mostly illegible text in the left column, appearing to be a continuation of a report or document.]

[Faint, mostly illegible text in the right column, appearing to be a continuation of a report or document.]

Nome do Paciente:

Jose Rep de Cruz

Idade:

Sexo:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
21/01	09:40	TCE
21/01	13:15	aptação proctomita
		TCE = Trauma Torso Torso (D)
		HSA (agudo) / Contusão Torso Torso (D)
		HSA (agudo)
		ed: Acidente
		obstrução
		Dr. Franklin J. Borges Neurologia e Neurofisiologia CRM 44.443
25/01	15:15	# 44 NISYS (contusão)
		Paciente encaminhado ao Hospital Municipal por avaliação da NCR, com lesão no nível da coluna cervical C5-C6, com lesão da medula espinhal e lesão da raiz da nervo. Sinal de Babinski (+).
		HD: HSA (agudo).
		CS: Dado a lesão da medula espinhal, a NCR foi avaliada por
		- Exame físico
		- Ressonância de imagem da coluna cervical e torácica.
		Além da NCR.
		- Lesão da medula espinhal e da raiz da nervo.
		Dr. Emanuel Lima CRM 4810
21/01	09:40	Paciente encaminhado por avaliação, entubado, sob ventilação mecânica, sedado, com TCE grave. Ao exame físico da face observa-se fratura da mandíbula e do maxilar inferior.
		CD: (1) Acompanhamento BDF + NCR + Tintura.
		Dr. Marcos Antonio CRM 4810

28/01/15 (2018) pariente. estatura, com
uso de VM., redondo.
exat. sematológico após
reforma maxilo-facial.

Marcos Aurélio Silveira
Cirurgião Buco Maxilo Facial
CRO-SE 738




HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE

PRONTO SOCORRO ADULTO

Nome do Paciente:	Srta. Regina da Cruz	Idade:	33	Sexo:	M
Unidade de Produção:	PS - Veneranda	Leito:	153	Nº do Prontuário:	—

Ft. Emilene S. J.
CREDITO 104976-F


 Jt^a Emilene J. Jesus
 CREFITO 104976-F

[illegible]

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página nº 2

DATA	HORA	HISTÓRICO
27/01/15		<p>Finotrópica</p> <p>Paciente com estado sedado, com OVA's, TDT, em VM no modo PCV (P=20, FR=12, PEEP=5 e FiO₂=60%), AP MV @ 6 boxes com novo diâmetro após incremento de VE, alívio para THB e umidade pequena rel. de secreção MC pp. via oral. Ventilação com máscara (remoção de jéris insuflante) e oximetria em máscara mantida por métodos ventilatórios. Redigida assistência e monitorização ventilatória, THB e posicionamento. <i>CJ</i></p>
28/01/15	20:15	<p>Plano de Cuidados - 1º Dia</p> <p>Paciente com estado sedado, com OVA's, TDT, em VM no modo PCV (P=20, FR=12, PEEP=5 e FiO₂=60%), AP MV @ 6 boxes com novo diâmetro após incremento de VE, alívio para THB e umidade pequena rel. de secreção MC pp. via oral. Ventilação com máscara (remoção de jéris insuflante) e oximetria em máscara mantida por métodos ventilatórios. Redigida assistência e monitorização ventilatória, THB e posicionamento. <i>CJ</i></p>
29/01/15		<p>Plano de Cuidados - 2º Dia</p> <p>Paciente com estado sedado, com OVA's, TDT, em VM no modo PCV (P=20, FR=12, PEEP=5 e FiO₂=60%), AP MV @ 6 boxes com novo diâmetro após incremento de VE, alívio para THB e umidade pequena rel. de secreção MC pp. via oral. Ventilação com máscara (remoção de jéris insuflante) e oximetria em máscara mantida por métodos ventilatórios. Redigida assistência e monitorização ventilatória, THB e posicionamento. <i>CJ</i></p>
29/01/15		<p>Plano de Cuidados - 3º Dia</p> <p>Paciente com estado sedado, com OVA's, TDT, em VM no modo PCV (P=20, FR=12, PEEP=5 e FiO₂=60%), AP MV @ 6 boxes com novo diâmetro após incremento de VE, alívio para THB e umidade pequena rel. de secreção MC pp. via oral. Ventilação com máscara (remoção de jéris insuflante) e oximetria em máscara mantida por métodos ventilatórios. Redigida assistência e monitorização ventilatória, THB e posicionamento. <i>CJ</i></p>

Dr. Emiliano S. Jesus
CREFITO 104976-F

Paciente de 33 anos, M, com Dx de:

- ⊕ Quebra de unguinho
- ⊕ TCE - HSD + HSA
- ⊕ Trauma facial
- ⊕ TRP - VM.

Encontrado sedado, com SNG e VM no modo PCV. FiO₂=50, PEEP=6, FR=12, PC=19, SpO₂=95%, h. de fundo, com febre.

APV RCR e SNG. PEEP=746p - PA=12, APV MV @ 6 boxes com novo diâmetro. FR=12, APV abdome plano, HSD. RHA @ AGV Divase @ 20ml, com ventrada. Ext perfundida, sedada.

Cds Super-Te intensivo
Monitoramento
Soluções de 10ml e
Refluxo.

Manuel Glatos Fries Pradel
Platonista
CREFITO 104976-F

Nome do Paciente: José Carlos da Silva

Idade: 33

Sexo: H

Unidade de Produção: PS - Vermelho

Leito: 15,5"

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
29/01/15	15	<p># Pdo. Exortemporal</p> <p>Paciente segue sedado, no VME, com $PEEP=50$, $FiO_2=1.0$, $PR=12$, $PA=118/63$, $SV=100$, $SVI=100$, $PR=12$, $PA=118/63$, $SV=100$, $SVI=100$. Contatos: Ametóno.</p> <p>Intubação orotraqueal com tubo de 7,5 mm, com ventilação mecânica.</p> <p>Prof. Dr. Emilene S. Jesus CREFITO 104976-F</p>
		<p># Plantaio Diversão 30/01/15</p> <p>Paciente de 33 anos, B, com Dade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⊕ queda de peso ⊕ TCE grave HSD + HSAT ⊕ Trauma Torácico ⊕ TRP - VM. <p>Encontra-se sedado, Rawsay E, em VM/HO, modo PIV, $FiO_2=50$, $PEEP=6$, $SpO_2=99$, hidratado, com o, a febre 11</p> <p>ACV RCP e sono, $TC=76$ bpm $PA=118/63$ AR MV e sono, $HR=12$ bpm AGT abdome plano, flacido RHA ⊕ AGV Dureza ⊕ 36 - 1 concentração, oligúria Ext por feridas e edema.</p> <p>Id: Suporte intensivo Monitoramento Solicito a la h A Hidratado.</p> <p>Manuel Glafkos Frias Pradel Plantonista Terapia Intensiva CRM: 3994</p>
30/01/15	15	<p># Pdo. Exortemporal</p> <p>Paciente segue sedado, no VME, com $PEEP=50$, $FiO_2=1.0$, $PR=12$, $PA=118/63$, $SV=100$, $SVI=100$. Contatos: Ametóno.</p> <p>Intubação orotraqueal com tubo de 7,5 mm, com ventilação mecânica.</p> <p>Prof. Dr. Emilene S. Jesus CREFITO 104976-F</p>

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página

DATA	HORA	HISTÓRICO
1/7/15		<p># TCE</p> <p># TRAUMA DE PEE</p> <p># 107 → Vm</p> <p># Hipomastoma</p> <p>Roulo recoberto de feltro em de Vm bem absorvente, ótimo acústico, isolação s/4 camêlons.</p> <p>Até 2000 27 dias</p> <p>10. M/M de 1/2 metros espessura</p> <p>100. 1/2 metros, 1/2 metros, 1/2 metros P.M.A.</p> <p>Extr. 1/2 metros, 1/2 metros (1/2)</p> <p>folha nas áreas cobertas</p>

Nome do Paciente: José Reis da Cruz

Página n

Idade: 33

Sexo: 22

Unidade de Produção: *VEN 000048*

Leito: 255

Nº do Prontuário:

[illegible]

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página

DATA	HORA	HISTÓRICO
02/02/15	15	CBME: Paciente com trauma craniofacial, apresentando melhora clínica e liberação de Neurocirurgia para avaliação e definição de conduta pelo bico molar. André J. S. P. F. Dr. André J. S. P. F. CRM - 123456
03/02/15	8:00h	Exame 33 anos de idade. o R. M. de MOTO: - TCC 1x FCB + HSDA + G. 7-20 FCB + HSDA - TCC 1x FCB + HSDA + G. 7-20 FCB + HSDA - TCC 1x FCB + HSDA + G. 7-20 FCB + HSDA Paciente em tratamento com medicação para controle de pressão arterial, com controle satisfatório. DFA: 12-16 DFA: 100-110 DFA: 86-98 DFA: 115-130 DFA: 71-80 DFA: 30,8-32,7°C DFA: 23-23 DFA: 8h 30min - 150ml Admite: Rec. Hospitalar, internado. At: MV com exames físicos At: RMF 2T At: Exame físico para controle de pressão arterial At: Exame físico para controle de pressão arterial At: Exame físico para controle de pressão arterial At: Exame físico para controle de pressão arterial Exame físico para controle de pressão arterial Exame físico para controle de pressão arterial Exame físico para controle de pressão arterial Exame físico para controle de pressão arterial CRM - 123456
03/02/15		KISOTERAPIA PACIENTE NA VM MODO PCV, ALTA DO P PVL, 76L/20 PVT e 10MBL e 25P/L MODOS DO PVL e 76L/20 PVT e 10MBL e 25P/L BOUS COMPOSTOEL, MONITORIZAÇÃO PVL e 76L/20 PVT e 10MBL e 25P/L At: 11493-F CRM - 123456
03/02/15		Paciente no ULS, internado para avaliação de lesão aguda de medula cervical e liberação de Neurocirurgia para avaliação e definição de conduta BME. CRM - 123456



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE

— ONTO SOCORRO ADULTO

Idade: 33

Sexo: M

Leito: 15,5

Nº do Prontuário:

p. 47

Nome do Paciente: José Regis da Cruz

Idade: 33

Sexo: ☒ M ☐ F

Unidade de Produção: *Unidade 1*

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
04/10/2	08:00	Pela enfermagem Realizada troca de dieta enteral, programando vazão de 25 got/min. Feita aspiração do nasal e oral com succubato pirangiado em grande quantidade.
		Enf. Cel. M. C. Joyce Francielle N. B. de Santana Enfermeira COREN/SE 275.490
		Débora Maria M. da Cruz Acadêmica de Enfermagem Matrícula UFS 2011206031
04/10/15		Finioterapia Paciente curva sem alterações cômicas, TOT, em VM no modo PSU ($\text{AP} = 20$, $\text{Press S} = \text{F.O}_2 = 90\%$), AP MV @ 4 bases com cones elevados para THB; remanejo pequeno volume de secreções MP. Apneia FR=14 e SpO ₂ =98%. LF O ₂ =30%. Realizada assistência e monitorização ventilatória, THB, ajuste ventilatório e posicionamento.
05/10/15		Finioterapia. Paciente curva sem alterações cômicas, TOT, em VM no modo PSU ($\text{AP} = 20$, $\text{Press S} = \text{F.O}_2 = 90\%$), AP MV @ 4 bases com cones dispostos, elevados para THB e removido moderado volume de secreções MP com "selhos", com posterior melhora da PMV. FR=18 por e SpO ₂ =96%. Mantida parâmetros ventilatórios. Realizada assistência e monitorização ventilatória, THB e posicionamento na CE.
05-06-15		Prévio - bloqueio da rede - teste de fluxo + pressão + resistência F.R.S (+/-) - testes de fluxo + resistência (-/+) + int + teste - at. ed. técnica - at. técnica - at. técnica Paciente está mais que satisfeito com o tratamento, não há dor ou desconforto. Ata nº 15 de ...

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página n

[illegible]

12

Nome do Paciente: JOSÉ REIS DA CRUZ

Idade: 33

Sexo: M

Unidade de Produção: UCA 1000

Leito: 13.5

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
06/02/15		<p>Doença - 2</p> <p>Paciente 33 anos de idade</p> <p>• Queixa de dor</p> <p>• TCE (1. 6. 10. 12. 14. 16. 18. 20. 22. 24. 26. 28. 30. 32. 34. 36. 38. 40. 42. 44. 46. 48. 50. 52. 54. 56. 58. 60. 62. 64. 66. 68. 70. 72. 74. 76. 78. 80. 82. 84. 86. 88. 90. 92. 94. 96. 98. 100. 102. 104. 106. 108. 110. 112. 114. 116. 118. 120. 122. 124. 126. 128. 130. 132. 134. 136. 138. 140. 142. 144. 146. 148. 150. 152. 154. 156. 158. 160. 162. 164. 166. 168. 170. 172. 174. 176. 178. 180. 182. 184. 186. 188. 190. 192. 194. 196. 198. 200. 202. 204. 206. 208. 210. 212. 214. 216. 218. 220. 222. 224. 226. 228. 230. 232. 234. 236. 238. 240. 242. 244. 246. 248. 250. 252. 254. 256. 258. 260. 262. 264. 266. 268. 270. 272. 274. 276. 278. 280. 282. 284. 286. 288. 290. 292. 294. 296. 298. 300. 302. 304. 306. 308. 310. 312. 314. 316. 318. 320. 322. 324. 326. 328. 330. 332. 334. 336. 338. 340. 342. 344. 346. 348. 350. 352. 354. 356. 358. 360. 362. 364. 366. 368. 370. 372. 374. 376. 378. 380. 382. 384. 386. 388. 390. 392. 394. 396. 398. 400. 402. 404. 406. 408. 410. 412. 414. 416. 418. 420. 422. 424. 426. 428. 430. 432. 434. 436. 438. 440. 442. 444. 446. 448. 450. 452. 454. 456. 458. 460. 462. 464. 466. 468. 470. 472. 474. 476. 478. 480. 482. 484. 486. 488. 490. 492. 494. 496. 498. 500. 502. 504. 506. 508. 510. 512. 514. 516. 518. 520. 522. 524. 526. 528. 530. 532. 534. 536. 538. 540. 542. 544. 546. 548. 550. 552. 554. 556. 558. 560. 562. 564. 566. 568. 570. 572. 574. 576. 578. 580. 582. 584. 586. 588. 590. 592. 594. 596. 598. 600. 602. 604. 606. 608. 610. 612. 614. 616. 618. 620. 622. 624. 626. 628. 630. 632. 634. 636. 638. 640. 642. 644. 646. 648. 650. 652. 654. 656. 658. 660. 662. 664. 666. 668. 670. 672. 674. 676. 678. 680. 682. 684. 686. 688. 690. 692. 694. 696. 698. 700. 702. 704. 706. 708. 710. 712. 714. 716. 718. 720. 722. 724. 726. 728. 730. 732. 734. 736. 738. 740. 742. 744. 746. 748. 750. 752. 754. 756. 758. 760. 762. 764. 766. 768. 770. 772. 774. 776. 778. 780. 782. 784. 786. 788. 790. 792. 794. 796. 798. 800. 802. 804. 806. 808. 810. 812. 814. 816. 818. 820. 822. 824. 826. 828. 830. 832. 834. 836. 838. 840. 842. 844. 846. 848. 850. 852. 854. 856. 858. 860. 862. 864. 866. 868. 870. 872. 874. 876. 878. 880. 882. 884. 886. 888. 890. 892. 894. 896. 898. 900. 902. 904. 906. 908. 910. 912. 914. 916. 918. 920. 922. 924. 926. 928. 930. 932. 934. 936. 938. 940. 942. 944. 946. 948. 950. 952. 954. 956. 958. 960. 962. 964. 966. 968. 970. 972. 974. 976. 978. 980. 982. 984. 986. 988. 990. 992. 994. 996. 998. 1000. 1002. 1004. 1006. 1008. 1010. 1012. 1014. 1016. 1018. 1020. 1022. 1024. 1026. 1028. 1030. 1032. 1034. 1036. 1038. 1040. 1042. 1044. 1046. 1048. 1050. 1052. 1054. 1056. 1058. 1060. 1062. 1064. 1066. 1068. 1070. 1072. 1074. 1076. 1078. 1080. 1082. 1084. 1086. 1088. 1090. 1092. 1094. 1096. 1098. 1100. 1102. 1104. 1106. 1108. 1110. 1112. 1114. 1116. 1118. 1120. 1122. 1124. 1126. 1128. 1130. 1132. 1134. 1136. 1138. 1140. 1142. 1144. 1146. 1148. 1150. 1152. 1154. 1156. 1158. 1160. 1162. 1164. 1166. 1168. 1170. 1172. 1174. 1176. 1178. 1180. 1182. 1184. 1186. 1188. 1190. 1192. 1194. 1196. 1198. 1200. 1202. 1204. 1206. 1208. 1210. 1212. 1214. 1216. 1218. 1220. 1222. 1224. 1226. 1228. 1230. 1232. 1234. 1236. 1238. 1240. 1242. 1244. 1246. 1248. 1250. 1252. 1254. 1256. 1258. 1260. 1262. 1264. 1266. 1268. 1270. 1272. 1274. 1276. 1278. 1280. 1282. 1284. 1286. 1288. 1290. 1292. 1294. 1296. 1298. 1300. 1302. 1304. 1306. 1308. 1310. 1312. 1314. 1316. 1318. 1320. 1322. 1324. 1326. 1328. 1330. 1332. 1334. 1336. 1338. 1340. 1342. 1344. 1346. 1348. 1350. 1352. 1354. 1356. 1358. 1360. 1362. 1364. 1366. 1368. 1370. 1372. 1374. 1376. 1378. 1380. 1382. 1384. 1386. 1388. 1390. 1392. 1394. 1396. 1398. 1400. 1402. 1404. 1406. 1408. 1410. 1412. 1414. 1416. 1418. 1420. 1422. 1424. 1426. 1428. 1430. 1432. 1434. 1436. 1438. 1440. 1442. 1444. 1446. 1448. 1450. 1452. 1454. 1456. 1458. 1460. 1462. 1464. 1466. 1468. 1470. 1472. 1474. 1476. 1478. 1480. 1482. 1484. 1486. 1488. 1490. 1492. 1494. 1496. 1498. 1500. 1502. 1504. 1506. 1508. 1510. 1512. 1514. 1516. 1518. 1520. 1522. 1524. 1526. 1528. 1530. 1532. 1534. 1536. 1538. 1540. 1542. 1544. 1546. 1548. 1550. 1552. 1554. 1556. 1558. 1560. 1562. 1564. 1566. 1568. 1570. 1572. 1574. 1576. 1578. 1580. 1582. 1584. 1586. 1588. 1590. 1592. 1594. 1596. 1598. 1600. 1602. 1604. 1606. 1608. 1610. 1612. 1614. 1616. 1618. 1620. 1622. 1624. 1626. 1628. 1630. 1632. 1634. 1636. 1638. 1640. 1642. 1644. 1646. 1648. 1650. 1652. 1654. 1656. 1658. 1660. 1662. 1664. 1666. 1668. 1670. 1672. 1674. 1676. 1678. 1680. 1682. 1684. 1686. 1688. 1690. 1692. 1694. 1696. 1698. 1700. 1702. 1704. 1706. 1708. 1710. 1712. 1714. 1716. 1718. 1720. 1722. 1724. 1726. 1728. 1730. 1732. 1734. 1736. 1738. 1740. 1742. 1744. 1746. 1748. 1750. 1752. 1754. 1756. 1758. 1760. 1762. 1764. 1766. 1768. 1770. 1772. 1774. 1776. 1778. 1780. 1782. 1784. 1786. 1788. 1790. 1792. 1794. 1796. 1798. 1800. 1802. 1804. 1806. 1808. 1810. 1812. 1814. 1816. 1818. 1820. 1822. 1824. 1826. 1828. 1830. 1832. 1834. 1836. 1838. 1840. 1842. 1844. 1846. 1848. 1850. 1852. 1854. 1856. 1858. 1860. 1862. 1864. 1866. 1868. 1870. 1872. 1874. 1876. 1878. 1880. 1882. 1884. 1886. 1888. 1890. 1892. 1894. 1896. 1898. 1900. 1902. 1904. 1906. 1908. 1910. 1912. 1914. 1916. 1918. 1920. 1922. 1924. 1926. 1928. 1930. 1932. 1934. 1936. 1938. 1940. 1942. 1944. 1946. 1948. 1950. 1952. 1954. 1956. 1958. 1960. 1962. 1964. 1966. 1968. 1970. 1972. 1974. 1976. 1978. 1980. 1982. 1984. 1986. 1988. 1990. 1992. 1994. 1996. 1998. 2000. 2002. 2004. 2006. 2008. 2010. 2012. 2014. 2016. 2018. 2020. 2022. 2024. 2026. 2028. 2030. 2032. 2034. 2036. 2038. 2040. 2042. 2044. 2046. 2048. 2050. 2052. 2054. 2056. 2058. 2060. 2062. 2064. 2066. 2068. 2070. 2072. 2074. 2076. 2078. 2080. 2082. 2084. 2086. 2088. 2090. 2092. 2094. 2096. 2098. 2100. 2102. 2104. 2106. 2108. 2110. 2112. 2114. 2116. 2118. 2120. 2122. 2124. 2126. 2128. 2130. 2132. 2134. 2136. 2138. 2140. 2142. 2144. 2146. 2148. 2150. 2152. 2154. 2156. 2158. 2160. 2162. 2164. 2166. 2168. 2170. 2172. 2174. 2176. 2178. 2180. 2182. 2184. 2186. 2188. 2190. 2192. 2194. 2196. 2198. 2200. 2202. 2204. 2206. 2208. 2210. 2212. 2214. 2216. 2218. 2220. 2222. 2224. 2226. 2228. 2230. 2232. 2234. 2236. 2238. 2240. 2242. 2244. 2246. 2248. 2250. 2252. 2254. 2256. 2258. 2260. 2262. 2264. 2266. 2268. 2270. 2272. 2274. 2276. 2278. 2280. 2282. 2284. 2286. 2288. 2290. 2292. 2294. 2296. 2298. 2300. 2302. 2304. 2306. 2308. 2310. 2312. 2314. 2316. 2318. 2320. 2322. 2324. 2326. 2328. 2330. 2332. 2334. 2336. 2338. 2340. 2342. 2344. 2346. 2348. 2350. 2352. 2354. 2356. 2358. 2360. 2362. 2364. 2366. 2368. 2370. 2372. 2374. 2376. 2378. 2380. 2382. 2384. 2386. 2388. 2390. 2392. 2394. 2396. 2398. 2400. 2402. 2404. 2406. 2408. 2410. 2412. 2414. 2416. 2418. 2420. 2422. 2424. 2426. 2428. 2430. 2432. 2434. 2436. 2438. 2440. 2442. 2444. 2446. 2448. 2450. 2452. 2454. 2456. 2458. 2460. 2462. 2464. 2466. 2468. 2470. 2472. 2474. 2476. 2478. 2480. 2482. 2484. 2486. 2488. 2490. 2492. 2494. 2496. 2498. 2500. 2502. 2504. 2506. 2508. 2510. 2512. 2514. 2516. 2518. 2520. 2522. 2524. 2526. 2528. 2530. 2532. 2534. 2536. 2538. 2540. 2542. 2544. 2546. 2548. 2550. 2552. 2554. 2556. 2558. 2560. 2562. 2564. 2566. 2568. 2570. 2572. 2574. 2576. 2578. 2580. 2582. 2584. 2586. 2588. 2590. 2592. 2594. 2596. 2598. 2600. 2602. 2604. 2606. 2608. 2610. 2612. 2614. 2616. 2618. 2620. 2622. 2624. 2626. 2628. 2630. 2632. 2634. 2636. 2638. 2640. 2642. 2644. 2646. 2648. 2650. 2652. 2654. 2656. 2658. 2660. 2662. 2664. 2666. 2668. 2670. 2672. 2674. 2676. 2678. 2680. 2682. 2684. 2686. 2688. 2690. 2692. 2694. 2696. 2698. 2700. 2702. 2704. 2706. 2708. 2710. 2712. 2714. 2716. 2718. 2720. 2722. 2724. 2726. 2728. 2730. 2732. 2734. 2736. 2738. 2740. 2742. 2744. 2746. 2748. 2750. 2752. 2754. 2756. 2758. 2760. 2762. 2764. 2766. 2768. 2770. 2772. 2774. 2776. 2778. 2780. 2782. 2784. 2786. 2788. 2790. 2792. 2794. 2796. 2798. 2800. 2802. 2804. 2806. 2808. 2810. 2812. 2814. 2816. 2818. 2820. 2822. 2824. 2826. 2828. 2830. 2832. 2834. 2836. 2838. 2840. 2842. 2844. 2846. 2848. 2850. 2852. 2854. 2856. 2858. 2860. 2862. 2864. 2866. 2868. 2870. 2872. 2874. 2876. 2878. 2880. 2882. 2884. 2886. 2888. 2890. 2892. 2894. 2896. 2898. 2900. 2902. 2904. 2906. 2908. 2910. 2912. 2914. 2916. 2918. 2920. 2922. 2924. 2926. 2928. 2930. 2932. 2934. 2936. 2938. 2940. 2942. 2944. 2946. 2948. 2950. 2952. 2954. 2956. 2958. 2960. 2962. 2964. 2966. 2968. 2970. 2972. 2974. 2976. 2978. 2980. 2982. 2984. 2986. 2988. 2990. 2992. 2994. 2996. 2998. 3000. 3002. 3004. 3006. 3008. 3010. 3012. 3014. 3016. 3018. 3020. 3022. 3024. 3026. 3028. 3030. 3032. 3034. 3036. 3038. 3040. 3042. 3044. 3046. 3048. 3050. 3052. 3054. 3056. 3058. 3060. 3062. 3064. 3066. 3068. 3070. 3072. 3074. 3076. 3078. 3080. 3082. 3084. 3086. 3088. 3090. 3092. 3094. 3096. 3098. 3100. 3102. 3104. 3106. 3108. 3110. 3112. 3114. 3116. 3118. 3120. 3122. 3124. 3126. 3128. 3130. 3132. 3134. 3136. 3138. 3140. 3142. 3144. 3146. 3148. 3150. 3152. 3154. 3156. 3158. 3160. 3162. 3164. 3166. 3168. 3170. 3172. 3174. 3176. 3178. 3180. 3182. 3184. 3186. 3188. 3190. 3192. 3194. 3196. 3198. 3200. 3202. 3204. 3206. 3208. 3210. 3212. 3214. 3216. 3218. 3220. 3222. 3224. 3226. 3228. 3230. 3232. 3234. 3236. 3238. 3240. 3242. 3244. 3246. 3248. 3250. 3252. 3254. 3256. 3258. 3260. 3262. 3264. 3266. 3268. 3270. 3272. 3274. 3276. 3278. 3280. 3282. 3284. 3286. 3288. 3290. 3292. 3294. 3296. 3298. 3300. 3302. 3304. 3306. 3308. 3310. 3312. 3314. 3316. 3318. 3320. 3322. 3324. 3326. 3328. 3330. 3332. 3334. 3336. 3338. 3340. 3342. 3344. 3346. 3348. 3350. 3352. 3354. 3356. 3358. 3360. 3362. 3364. 3366. 3368. 3370. 3372. 3374. 3376. 3378. 3380. 3382. 3384. 3386. 3388. 3390. 3392. 3394. 3396. 3398. 3400. 3402. 3404. 3406. 3408. 3410. 3412. 3414. 3416. 3418. 3420. 3422. 3424. 3426. 3428. 3430. 3432. 3434. 3436. 3438. 3440. 3442. 3444. 3446. 3448. 3450. 3452. 3454. 3456. 3458. 3460. 3462. 3464. 3466. 3468. 3470. 3472. 3474. 3476. 3478. 3480. 3482. 3484. 3486. 3488. 3490. 3492. 3494. 3496. 3498. 3500. 3502. 3504. 3506. 3508. 3510. 3512. 3514. 3516. 3518. 3520. 3522. 3524. 3526. 3528. 3530. 3532. 3534. 3536. 3538. 3540. 3542. 3544. 3546. 3548. 3550. 3552. 3554. 3556. 3558. 3560. 3562. 3564. 3566. 3568. 3570. 3572. 3574. 3576. 3578. 3580. 3582. 3584. 3586. 3588. 3590. 3592. 3594. 3596. 3598. 3600. 3602. 3604. 3606. 3608. 3610. 3612. 3614. 3616. 3618. 3620. 3622. 3624. 3626. 3628. 3630. 3632. 3634. 3636. 3638. 3640. 3642. 3644. 3646. 3648. 3650. 3652. 3654. 3656. 3658. 3660. 3662. 3664. 3666. 3668. 3670. 3672. 3674. 3676. 3678. 3680. 3682. 3684. 3686. 3688. 3690. 3692. 3694. 3696. 3698. 3700. 3702. 3704. 3706. 3708. 3710. 3712. 3714. 3716. 3718. 3720. 3722. 3724. 3726. 3728. 3730. 3732. 3734. 3736. 3738. 3740. 3742. 3744. 3746. 3748. 3750. 3752. 3754. 3756. 3758. 3760. 3762. 3764. 3766. 3768. 3770. 3772. 3774. 3776. 3778. 3780. 3782. 3784. 3786. 3788. 3790. 3792. 3794. 3796. 3798. 3800. 3802. 3804. 3806. 3808. 3810. 3812. 3814. 3816. 3818. 3820. 3822. 3824. 3826. 3828. 3830. 3832. 3834. 3836. 3838. 3840. 3842. 3844. 3846. 3848. 3850. 3852. 3854. 3856. 3858. 3860. 3862. 3864. 3866. 3868. 3870. 3872. 3874. 3876. 3878. 3880. 3882. 3884. 3886. 3888. 3890. 3892. 3894. 3896. 3898. 3900. 3902. 3904. 3906. 3908. 3910. 3912. 3914. 3916. 3918. 3920. 3922. 3924. 3926. 3928. 3930. 3932. 3934. 3936. 3938. 3940. 3942. 3944. 3946. 3948. 3950. 3952. 3954. 3956. 3958. 3960. 3962. 3964. 3966. 3968. 3970. 3972. 3974. 3976. 3978. 3980. 3982. 3984. 3986. 3988. 3990. 3992. 3994. 3996. 3998. 4000. 4002. 4004. 4006. 4008. 4010. 4012. 4014. 4016. 4018. 4020. 4022. 4024. 4026. 4028. 4030. 4032. 4034. 4036. 4038. 4040. 4042. 4044. 4046. 4048. 4050. 4052. 4054. 4056. 4058. 4060. 4062. 4064. 4066. 4068. 4070. 4072. 4074. 4076. 4078. 4080. 4082. 4084. 4086. 4088. 4090. 4092. 4094. 4096. 4098. 4100. 4102. 4104. 4106. 4108. </p>

06/02/2015 Nefrologia (10.35h)

→ Avaliado ontem pelo Nefrologia
grave, em VM, sedado, sem OVA
PA 100 X 60 mmHg. RCR
MU ⊕ ALT com níveis

MMS em edema

Dureza aumentada em SVD, não quantificada em todos os pontos (>800ml)

Exames 02/02 : G 2,1 K 3,5 Na 157 U?

05/02 : G 3,3 K 3,6 Na? U? Hb 7,2

Ed: - Mantido tratamento conservador pelo nefrologia,
- aneuria hidratação (SF 0,95%). Tx sanguínea;
- euter drogas renoprotetoras. Balanço hídrico mais repouso;
- monitorar função renal 2 eletrólitos.

→ Solicitar reavaliação a nova prova da função renal.

Dr.^a Fernanda Brito
Nefrologia / Clínica Médica
CRM 2609

Plantas Diurno

07/02/15 #

Contrato Social da Sociedade de Advogados
"ERIVALDO MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS".

Pelo presente instrumento particular de constituição de sociedade de advogados comparecem as partes a seguir denominadas:

ERIVALDO MACEDO MENDES, brasileiro, natural de Santo Estevão (BA), divorciado, nascido em 02 de outubro de 1965, Advogado, inscrito no OAB (SE) sob o nº 3512, Inscrição no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 319.407.225-00 e Registro Geral de Identidade nº 2.809.880 SSP (BA), domiciliado e residente na Rodovia SE 270, 429, Horta, Lagarto (SE), CEP: 49.400.000.

CRISTIANE SOARES MATOS, brasileira, natural de Aracaju (SE), casada sob o regime de comunhão Parcial de bens, Advogada, nascida em 26 de março de 1986, inscrita na OAB (SE) sob o nº 5239, Inscrição no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 835.031.025-15 e Registro Geral nº 1.457.552, SSP (SE), domiciliada e residente na Rua Tenente Wilson Pereira dos Santos, 170, Apt. 202, Bloco Calanchoe, Bairro Jabotiana, Aracaju (SE), CEP: 49000-000, que, estando livremente ajustadas, resolvem nesta oportunidade e na melhor forma de direito constituir uma sociedade de advogados, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), por seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, pelos seguintes termos e condições:

Da Razão Social

Cláusula Primeira: A Sociedade utilizará a razão social **"ERIVALDO MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS"**.

Parágrafo Único: Em caso de falecimento de sócio que tenha dado nome à sociedade, a razão social não sofrerá alteração.

Da Sede

Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Praça Sebastião Garcez, 04, Centro, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, CEP 49400-000.


Parágrafo Único: A Sociedade poderá abrir filiais em qualquer outra cidade do território nacional, na forma que vierem a deliberar os sócios, devendo nesta hipótese averbar o ato de constituição da filial junto ao registro da sociedade e



CERTIDÃO

O Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Sergipe certifica que, o registro da Sociedade de Advogados “ERIVALDO MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS”, protocolado sob nº 370/2016, livro A-4, fls. 70, registrado em 21/06/2016, sob nº 370/2016, no livro B-38, fls. 56/61, foi deferido pela Comissão de Sociedade de Advogados em 14/06/2016, conforme Art. 75-A e 75-B do Regimento Interno combinado com o Provimento 112/2006.//

Aracaju, 21 de Junho de 2016.


AURELIO BELÉM DO ESPÍRITO SANTO
Secretário-Geral da OAB/SE

arquivá-lo também junto ao Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.

Do Objeto

Cláusula Terceira: A Sociedade terá como objeto exclusivo a prestação de serviços de advocacia, sendo expressamente vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade estranha a esse objeto.

Do Prazo

Cláusula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 29/04/2016 (vinte e nove de abril de dois mil e dezesseis).

Do Capital Social

Cláusula Quinta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade em moeda corrente, pelos sócios, é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qde. Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
<i>Erivaldo Macedo Mendes</i>	19.000	1,00	19.000,00
<i>Cristiane Soares Matos</i>	1.000	1,00	1.000,00
TOTAL	20.000	1,00	20.000,00

Da Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sexta: Além da própria Sociedade, cada sócio e o advogado associado responderão subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo Único: Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais.

Da Administração

Cláusula Sétima: A administração dos negócios sociais cabe ao sócio ERIVALDO MACEDO MENDES, que usará o título de "Sócio Administrador".

ef

2

Parágrafo Segundo: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

Parágrafo Terceiro: Serão atribuídos "pro labore" mensais aos Sócios Administradores, fixados de comum acordo pelos Sócios.

Parágrafo Quarto: Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

Parágrafo Quinto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, assim como aos advogados a esta sociedade associados, integrar, ou se associar a outra sociedade inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Sergipe, enquanto esta estiver vigente.

Parágrafo Sexto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, representar em juízo clientes de interesses opostos.

Da Reunião de Sócios

Cláusula Oitava: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecidas às regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo Terceiro: A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto: A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representando a maioria do capital social, em primeira convocação, ou por qualquer quorum, nas demais convocações.

Parágrafo Sexto: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Da Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula Nona: Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem o consentimento expresso de todos os demais sócios.

Dos Resultados Patrimoniais

Cláusula Décima: Fica estabelecido que a Apuração do Resultado Financeiro e do Balanço Patrimonial da sociedade ocorrerá anualmente e coincidirá com o término do ano civil, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios na proporção de suas quotas de capital.

Parágrafo Segundo: Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo Terceiro: Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expresso conhecimento dos demais sócios.

Da Retirada de Sócio

Cláusula Décima-Primeira: O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, com 60 (sessenta) dias de antecedência, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres e dos honorários pendentes do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em 12(doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas

ep



dos juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.

Parágrafo Terceiro: O pagamento dos honorários pendentes será realizado na medida do recebimento de tais valores pela Sociedade e seu valor será fixado em reunião a ser designada para esse fim, levando em consideração o trabalho já realizado em contraponto ao trabalho contratado ainda pendente de execução.

Da Continuação da Sociedade

Cláusula Décima-Segunda: A Sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo Único: Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres e de honorários pendentes previstas para o sócio retirante, nos termos da cláusula anterior.

Da Exclusão de Sócios

Cláusula Décima-Terceira: É facultada a exclusão de quaisquer dos sócios, por maioria do capital social, nos termos do art. 4º do Provimento nº 112/2006, do Conselho Federal da OAB e desde que cumprida a exigência contida no parágrafo único deste dispositivo.

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres e dos honorários pendentes do sócio excluído deverão seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante.

Declaração de Desimpedimento

Cláusula Décima-Quarta: Os sócios ERIVALDO MACEDO MENDES e CRISTIANE SOARES MATOS, declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

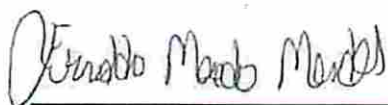
ψ

5

Do Foro

Cláusula Décima-quinta: Fica eleito o foro de Lagarto (SE), para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

Lagarto (SE), 29 de abril de 2016



ERIVALDO MACEDO MENDES

Cristiane Soares Matos

CRISTIANE SOARES MATOS

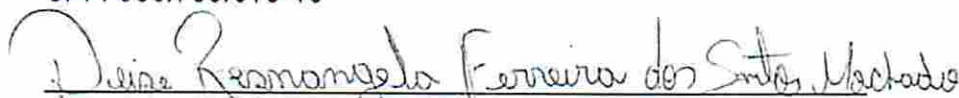
Testemunhas:



VINICIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA

RG: 3.132.598-0, SSP(SE)

CPF: 036.733.615-46



DEISE RESNÂNGELA FERREIRA DOS SANTOS MACHADO

RG: 2.151.046-6, SSP(SE)

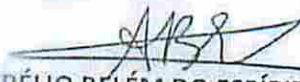
CPF: 036.755.435-60



CERTIDÃO

O Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Sergipe certifica que, o registro da Sociedade de Advogados “ERIVALDO MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS”, protocolado sob nº 370/2016, livro A-4, fls. 70, registrado em 21/06/2016, sob nº 370/2016, no livro B-38, fls. 56/61, foi deferido pela Comissão de Sociedade de Advogados em 14/06/2016, conforme Art. 75-A e 75-B do Regimento Interno combinado com o Provimento 112/2006.//

Aracaju, 21 de Junho de 2016.


AURÉLIO BELÉM DO ESPÍRITO SANTO
Secretário-Geral da OAB/SE



SUBSTABELECIMENTO



Pelo presente, substabelecemos, com reservas dos mesmos, a **ERIVALDO MACEDO MENDES**, OAB/SE 3512, **VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA**, OAB/SE 7729, **ROSANA NASCIMENTO SILVA**, OAB/SE 7043, **RAFAELA MATEUS DE MENEZES**, OAB/SE 11.480, **RIVIANNE SIQUEIRA AMORIM**, OAB/SE 10.645 os poderes a nós conferidos e relativos ao presente processo que ora tramita neste(a) Tribunal/Turma/Comarca/Vara/Seção Judiciária.

Lagarto (SE) de _____ de 2019.

ERIVALDO MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

07/01/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000001}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

10/01/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária. Em obediência ao princípio da celeridade processual, bem como, considerando que é praxe a não obtenção de acordo nas demandas deste jaez, dispenso, desta forma, a realização da assentada conciliatória, de modo a promover o regular andamento do feito. Cite-se a parte requerida para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar resposta na forma processual que entender cabível, oportunidade em que deverá especificar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Advirta-se de que, em não sendo apresentada defesa, presumir-se-ão como verdadeiras as alegações fáticas contidas na inicial. Caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/extintivo/modificativo do direito da parte requerente ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a resposta e/ou documentos. Após, tudo cumprido, voltem-me os autos conclusos. Deixo para me manifestar acerca do pedido de tutela, após estabelecido o contraditório. Frei Paulo, 10/01/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária.

Em obediência ao princípio da celeridade processual, bem como, considerando que é praxe a não obtenção de acordo nas demandas *deste jaez*, dispenso, desta forma, a realização da assentada conciliatória, de modo a promover o regular andamento do feito.

Cite-se a parte requerida para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar resposta na forma processual que entender cabível, oportunidade em que deverá especificar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Advirta-se de que, em não sendo apresentada defesa, presumir-se-ão como verdadeiras as alegações fáticas contidas na inicial.

Caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/extintivo/modificativo do direito da parte requerente ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a resposta e/ou documentos.

Após, tudo cumprido, voltem-me os autos conclusos.

Deixo para me manifestar acerca do pedido de tutela, após estabelecido o contraditório.

Frei Paulo, 10/01/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA**, Juiz(a) de Frei Paulo, em 10/01/2020, às 18:05:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000043026-25**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

13/01/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que foi expedido mandado

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

13/01/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202068000092 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Frei Paulo
Travessa Coronel Cassimiro, 79
Bairro - Centro Cidade - Frei Paulo
Cep - 49514-000 Telefone - (79)3447-1336

Normal(Justiça Gratuita)



202068000092

PROCESSO: 202068000010 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000010-89.2020.8.25.0028
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE E OUTROS: davi vieira reges da cruz
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Defiro os benefícios da gratuidade judiciária. Em obediência ao princípio da celeridade processual, bem como, considerando que é praxe a não obtenção de acordo nas demandas deste jaez, dispenso, desta forma, a realização da assentada conciliatória, de modo a promover o regular andamento do feito. Cite-se a parte requerida para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar resposta na forma processual que entender cabível, oportunidade em que deverá especificar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Advirta-se de que, em não sendo apresentada defesa, presumir-se-ão como verdadeiras as alegações fáticas contidas na inicial. Caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/extintivo/modificativo do direito da parte requerente ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a resposta e/ou documentos. Após, tudo cumprido, voltem-me os autos conclusos. Deixo para me manifestar acerca do pedido de tutela, após estabelecido o contraditório. Frei Paulo, 10/01/2020.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : Rua da Assembléia, - 26º andar, 100
Bairro : Centro
Cep : 20011904
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **VERA LUCIA PEREIRA DE SANTANA**,
Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Frei Paulo, em 13/01/2020, às
18:10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento
do número de consulta pública **2020000055321-79**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

04/02/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 202068000092, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

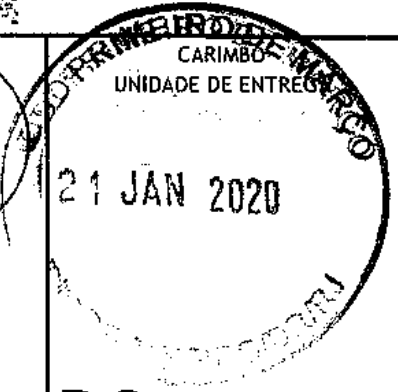


DESTINATÁRIO

SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Rua da Assembléia nº 100, - 26º andar. Centro.

20011904 - Rio de Janeiro - RJ

AR105152266SG



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

BO

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 202068000010 e mandado nro. 202068000092

TENTATIVAS DE ENTREGA		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO
1ª	_____	1	Indeviduado	CLAUDEIR 8.952.158-7 0001 MARÇO
2ª	_____	2	Endereço insuficiente	
3ª	_____	3	Não existe o número	
	_____	4	Desconhecido	
		5	Recusado	DATA DE ENTREGA 21/01/2020
		6	Não procurado	
		7	Ausente	
		8	Falecido	
ASSINATURA DO RECEBEDOR VERONICA FELIX CONSTANT 10.602.355-0 Detran				Nº DOC. DE IDENTIDADE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

14/02/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200214173304788 às 17:33 em 14/02/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FREI PAULO/SE

Processo n.º 202068000010

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DAVI VIEIRA REGIS DA CRUZ e outros** representados por sua genitora **MARIA DE FATIMA VIEIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alega a parte autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **JOSE REGES DA CRUZ**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **24/01/2015**, tendo ficado internado até 08/02/2015, quando veio à óbito.

Desta maneira, a parte Autora entendendo encontrar-se de posse de todos os documentos necessários à percepção da verba indenizatória a título de Seguro DPVAT, propôs a presente demanda, todavia, deixa de comprovar cabalmente sua qualidade de beneficiária, conforme exigência legal.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO MÉRITO

DA FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO (LAUDO CADAVERÍCO)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

Indubitável que a cópia do Laudo de Exame Cadavérico da vítima não foi apresentada pela parte Autora, sendo certo que não ficou comprovado através da certidão de óbito que a morte da vítima decorreu do acidente automobilístico.

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado o que a lei traz como requisito.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

Por todo o explanado, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 487, I da Lei Processual Civil.

DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07 **ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74**

Cumpre salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT¹.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil ².

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que os autores possam receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, devem comprovar **a qualidade de únicos beneficiários.**

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação³.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁴.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

¹*Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações: "art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (...)."*

²*Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.*

³*"SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."*

⁴*art. 1º. (...)*

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

INTIMAÇÃO DO MP

Destaca-se a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, **tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda**, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por fim, merecem os juros moratórios serem calculados a partir da citação válida, a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Tendo em vista a existência de interesse de incapaz requer a intimação do Ministério Público a fim de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC, sob pena de nulidade.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
FREI PAULO, 11 de fevereiro de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **FREI PAULO**, nos autos do Processo nº 00000108920208250028.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020.

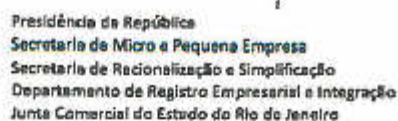


JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



NIRE (DA SEDE DA FILIAL OU RENOVO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tip: Turn it on

Sociedade anônima

Private Entrepreneurship

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131303 . 18/12/2017

NIRE: 33.3.C028479.6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salero(n): 102595004

Hash: ECC52D23-D73D-4232-8033-7CC9943069D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
OREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIGER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DEVIAT S/A

NIRE: 333.0028479-8 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2018 SOB O NÚMERO 0000714905 e demais constantes do texto de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFD84856AFAD85ECF8FFD5CF68740F233F496AFDAB0E1FD8

7 Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/channeladigital>. Informe o n.º de protocolo.

Page 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia;

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/01153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 07003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA4822CCFDE4B56AFAD85ECF8FFD5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD6974386FA48220C7DE4B56AFAD5E0CF8FFD5CF5E740F233E495AEDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucarja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.

Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: DO-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA48220CFDE4B56AFAD25ECF8FDE5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, Informe o nº de protocolo.

Pag: 10/13



12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4886507

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F. S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4998508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7646C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Borwenger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/11



45965511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/14

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4995512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4886513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4255515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

13/4



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9300

ADB2B690
088674

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X000005294531)
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.
Em testemunho _____ da verdade.

Conf. por: _____
Serventia: _____
TJHFUNDOS
Total

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLF nº 941 HDE, CDT - 56882 BRS
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
: 3,2% Escrevente
: CTRB 46062 série 09077 ME
Aut. 2013 3ª Lei 9.985/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

03/03/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a resposta e/ou documentos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

27/04/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ERIVALDO MACEDO MENDES - 3512}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FREI PAULO (SE)

Processo n.º202068000010

DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e OUTRA, vem à presença de Vossa Excelência, por meio dos seus procuradores firmatário, apresentar **RÉPLICA**, a contestação:

Excelência, os argumentos do requerido não merecem guarida.

Vemos que a própria defesa se mostra negligente.

Estamos diante de uma relação de consumo, onde impera a responsabilidade objetiva, todavia, o requerido não juntou aos autos qualquer prova que infirmasse o pleito autoral.

O requerido embate apenas pelo amor ao debate, senão vejamos:

DA QUALIFICAÇÃO DA BENEFICIÁRIA

Excelência, cumpre destacar que os requerentes são filho do falecido.

Assim, conforme prevê o artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 8.441/92, os demandantes fazem jus à indenização do seguro DPVAT, na condição de beneficiários.

Razão pela qual, se vale a parte das vias judiciais, para a solução do intento e consequentemente ser indenizada conforme estabelece o artigo 792 do Código Civil.

DO NEXO DE CAUSALIDADE

Excelência, o falecido, JOSÉ REGES DA CRUZ, falecido aos 08/02/2015, conforme Certidão de Óbito, e Certidão de Nascimento, sofreu acidente de trânsito, conforme Registro de Ocorrência Policial já anexado.

O autor faleceu em decorrência dos problemas e infortúnios causados pelo acidente de trânsito.

Os prontuários médicos atestam a evolução dos problemas decorrentes do acidente, os quais levaram a morte do Sr. JOSÉ REGES DA CRUZ.

Não havia qualquer outra intercorrência para a morte do Sr. JOSÉ REGES DA CRUZ a não ser o acidente sofrido, não havendo o que se falar em ausência de laudo cadavérico.

É evidente o nexo de causalidade entre a morte e o acidente de trânsito ocorrido, fatos este já demonstrados na exordial e que serão ratificados na instrução processual.

Nesse íterim, o artigo 3º, inciso I, fora alterado pela Lei n.º 11.482/2007, a qual fixou o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para indenização de sinistros tendo como consequência a morte.

Para o recebimento da indenização, dispõe a Lei n.º 8.441/92, em seu Art. 5º, § 1º, alínea “a”, que:

Art. 5º

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

(...)

a) certidão de óbito; registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

Ora, Excelência, conforme dispõe o artigo 5º, § 1º, alínea “a” da Lei n.º 8.441/92, foram remetidos para a seguradora, todos os documentos previstos na referida Lei, bem como toda documentação dos dependentes.

Desta feita, resta como alternativa aos Autores invocar a tutela jurisdicional, a fim de receber a indenização do seguro DPVAT, por ser de inteira e da mais lúdima Justiça.

FALTA DE INTERESSE DE AGIR - Falta de Laudo do IML – Documento Indispensável.

Alega a Requerida, ainda em sede preliminar, que os documentos colacionados aos autos não são capazes de qualificar a invalidez experimentada pelo autor, bem como quantificar seu grau, sendo o único documento apto para sua comprovação o laudo expedido pelo IML.

Contudo, basta os exames e prontuários médicos para comprovar que o falecimento por acidente automobilístico.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA . INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012) [...]

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilitar de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Não se olvide, ainda, que em amparo a malfada tese o Ilustre ex adverso colacionou julgado do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

qualificando-o como paradigma recente. Contudo, tal julgado não tem relação com a preliminar arrolada de falta de documento indispensável. O autor da ação do referido acórdão, inclusive, juntou aos autos o Laudo do IML, tratando-se de um caso em que o perito, realizando laudo pericial nos autos da ação de cobrança, entendeu inexistir a incapacidade do demandante. Anote-se o trecho de interesse: “No entanto, na hipótese vertente, não há como acolher o pedido do autor de nulidade da sentença por cerceamento da defesa e nem de procedência da ação. Isto porque, embora o acidente tenha restado devidamente comprovado (fls 26), o mesmo não ocorreu relativamente à alegada invalidez. Aliás, sustenta o autor que sua incapacidade para as ocupações habituais e a debilidade permanente de função foram reconhecidas por laudo do IML (fls.[...] [...] 173/174). Todavia, constou do referido laudo que a extensão da lesão deveria ser avaliada em exame complementar (fls. 26) Realizada perícia médica judicial (fls. 133/135), concluiu o d. expert “Ao exame clínico pericial encontramos cicatriz cirúrgica no antebraço esquerdo, compatível com procedimento cirúrgico pregresso. [...]” (TJ-SP - APL: 992070292042 SP , Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 17/05/2010, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/05/2010 - grifos e destaques nossos, vide acórdão completo através do link <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14832919/apelacao-apl-992070292042-sp>)

Também a suposta comprovação de que o entendimento do Egrégio TJRJ consolidou-se neste sentido é, para dizer o mínimo, imprecisa, já que todos os julgados citados se referem à falta de juntada do Boletim de Ocorrência, e não do laudo do IML. Aliás, uma consulta no site do E. Tribunal Carioca demonstra justamente o contrário do alegado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT DECISÃO A QUO ACERTADA. LAUDO DO IML QUE NÃO SE CONFUGURA COMO DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA LIDE. CABE PROVA PERICIAL ACERCA DOS FATOS CIRCUNSCRITOS AO EVENTO DANOSO. QUESTÃO REFERENTE À QUEDA NO INTERIOR DO VEÍCULO. AUSÊNCIA DE EXCLUSÃO LEGAL DESSE FATO. O EVENTO DANOSO DEVE SER ANALISADO NO MÉRITO. FATO QUE DEPENDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA [...] (TJRJ 0027996-17.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES. GABRIEL ZEFIRO - Julgamento: 29/05/2013 - DECIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – grifo nosso sempre) EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA e SEGURO OBRIGATÓRIODPVATT - EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM BASE NO ART.2677, IV, DOCPCC A AUSÊNCIA DO LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) QUANTIFICANDO AS LESÕES SOFRIDAS - DISTINÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO E DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROVA DO DIREITO ALEGADO - FALTA DE JUNTADA DO REFERIDO DOCUMENTO QUE NÃO OBSTA O JULGAMENTO DO MÉRITO - DEFICIÊNCIA PROBATÓRIA QUE PERMITE SANAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO -POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA SUPOSTA INCAPACIDADE ATRAVÉS DE PERÍCIA [...] (0114465-97.2012.8.19.0001 – APELACAO - DES. MARIO GUIMARAES NETO - Julgamento: 05/03/2013 - DECIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL)

Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito dos autores, requerendo, portanto, que seja rejeitada a preliminar de falta de pressuposto processual.

DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS 11.482/07 e 11.945/09

Inobstante toda a fundamentação coligida na exordial, pedimos vênia para colacionar mais estas.

Tanto a Lei 11.482/2007 quanto a Lei 11.945/2009 são inconstitucionais formal e materialmente.

São formalmente inconstitucionais porque derivadas de medidas provisórias que tratam de diversas matérias. A primeira, MP 340/2006, trata de imposto de renda e outras questões e a segunda, MP 45/2008, traz alterações para a legislação tributária federal.

Ambas foram emitidas sem caracterização e demonstração dos requisitos de urgência e relevância, capazes de autorizar o manejo das medidas, consoante dispõe o art. 62, CF. É de se ressaltar que a medida provisória é espécie normativa excepcional da atribuição do Presidente da República, cujos vícios não são sanados com a sua simples conversão em lei.

No que toca à inconstitucionalidade no seu aspecto material, devem ser feitas breves explicações sobre a natureza da indenização do seguro DPVAT.

Esta indenização é paga em razão de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, na forma do art. 20, DL 73/1966, trata-se de direito social. Na esteira da evolução dos direitos fundamentais, passando pelos direitos de liberdade insculpidos nas Declarações do final do século XVIII, aos quais se denomina direitos de 1ª dimensão, chegou-se aos direitos sociais (2ª dimensão).

Tais direitos decorrem do constitucionalismo social imperante no século XX, denominação dada ao movimento de inserção nas Cartas Constitucionais de diversos países direitos relativos a prestações estatais em prol da coletividade.

Assim, a indenização em razão de seguro obrigatório é um direito social na medida em que busca o bem estar social, tentando diminuir, em parte, o sofrimento impingido àqueles que precisam se valer desse benefício legal.

A diminuição do sofrimento no caso do seguro obrigatório, diga-se, somente é alcançada em razão da conjugação entre ação estatal e participação dos particulares (estes quando do pagamento do prêmio do seguro), em atendimento ao princípio do solidarismo, presente no art. 3º, I, CF.

Nesse sentido é que se discute acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/2007, uma vez que as alterações por ela trazidas reduzem a eficiência e a utilidade da indenização em comento, diante da estipulação de um valor fixo.

A Lei 6.194/74 trazia um valor variável de indenização, dispondo o seu artigo 3º que os danos seriam pagos, de acordo com a gravidade (aqui se compreende somente morte, lesões permanentes e despesas médicas), tomando por referencial o salário mínimo.

Porém, com a edição da MP 340/2006, posteriormente convertida na Lei 11.482/2007, o legislador entendeu por bem fixar o valor da indenização em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de morte, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Assim, o legislador tratou de engessar o valor indenizatório, não permitindo atualização periódica anteriormente estabelecida, de modo que o benefício passou a sofrer reduções reais ao longo dos anos.

No que diz respeito à possibilidade de reajuste do valor indenizatório, esta não se vislumbra na Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007.

Se por um lado no seu artigo 5º, §1º a Lei fala que a indenização será paga “com base no valor vigente na época do sinistro” dando a entender que a indenização é variável e não fixa, como faz supor o art. 3º, porém sem estabelecer como será aferida e disciplinada essa variação e nem quem a fará.

Por outro, o artigo 12, caput autoriza o CNSP a estabelecer “normas disciplinadoras e tarifas”.

Entretanto, a referência a “normas disciplinadoras e tarifas” não se refere a reajuste da indenização.

Enquanto conceito de direito tributário, tarifa (preço público) se refere a valores arrecadados pelo Estado na atribuição de atividade econômica.

No que diz respeito à possibilidade de inserção do reajuste no conceito de “normas disciplinadoras”, também não ocorre, pois quando a lei quis se referir a reajuste expressamente o fez, como no caso do §3º do mesmo artigo 12. O § 3º afirma que o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP “estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório”.

Desse modo, a lei traz obrigatoriedade de reajuste apenas quanto à emissão e cobrança da apólice ou do bilhete, mas não da indenização.

Portanto, o §3º do art. 12 cria um dever para o CNSP que estará obrigado a reajustar anualmente a emissão da apólice ou do bilhete.

A contrario sensu, cria também um dever para o segurado, que suportará anualmente a majoração do valor que lhe será cobrado a título de prêmio.

Como a estipulação de um dever pressupõe a correlação de um direito, poder-se-ia entender que implicitamente estaria estipulado o direito do segurado de ter reajustada a indenização, de modo que seria gerado para o CNSP também a obrigação de anualmente reajustar o valor da indenização.

Porém, é necessário esclarecer que o CNSP é órgão da Administração Pública Indireta e que, por esse motivo, deve obedecer ao princípio da legalidade estrita, ou seja, a Administração Pública só está autorizada a fazer o que a lei determinar.

A obrigatoriedade acima mencionada é decorrente de uma interpretação ampliativa da lei e não de disposição legal expressa (que não cria dúvidas no administrador), de modo que o administrador não é obrigado a cumpri-la, aliás, ele é obrigado a não cumprir, tendo em vista que só deve fazer o disposto na lei.

Ressalto que a interpretação ampliativa, nesse caso, não atende aos fins sociais da lei do seguro obrigatório (art. 5º, LICC), pois coloca o segurado em situação de extrema desvantagem em relação ao texto anterior, deixando de atender à sua finalidade compensatória.

É necessário incluir aqui o fundamento social do seguro obrigatório DPVAT.

É sabido que esse benefício é utilizado, em regra, pela parcela da população mais necessitada, que passa por uma situação de instabilidade emocional e financeira após a ocorrência de acidente que, algumas vezes, vitima letalmente membro de sua família, e outras traz sequelas à própria integridade física do segurado.

Em momento de desequilíbrio pessoal, o valor percebido a título de indenização é mais do que útil às famílias, é imprescindível para a manutenção da família, da dignidade dos seus membros.

Desse modo, a referida indenização possui, além do caráter ressarcitório, a função de propiciar ao segurado e a sua família a manutenção do mínimo existencial durante o período em que passam por dificuldades impostas pelo acidente sofrido.

Analizando, portanto, os artigos retro mencionados, percebe-se o nítido prejuízo sofrido pelos segurados, vez que passarão a ter o valor do seguro diminuído ano após ano pelos aumentos constantes do salário mínimo e pela estagnação do valor do seguro contemplado na nova disposição legal aplicável.

É nesse sentido que entende o autor pela inconstitucionalidade da Lei 11.482/2007, tendo em vista que reduz sensivelmente o direito social concretizado anteriormente pela Lei 6.194/74 e acima explanado.

Nesse diapasão é que se faz necessário atentar para a ofensa ao princípio do não retrocesso social pela Lei 11.482/2007.

Esse princípio, cuja ideia teve como um dos precursores o Direito Alemão, proclama que a consecução, pelo legislador infraconstitucional, de direitos sociais informados pela Constituição faz com que o conteúdo de tais direitos atinja a completude, tornando inaceitável a criação de quaisquer outros meios que venham a reduzir sua incidência.

A ação do legislador, portanto, está adstrita aos melhoramentos para aquele direito que ultrapassou o âmbito da eficácia jurídica e consagrou-se no âmbito da realidade social.

Assim, o princípio da vedação ao retrocesso é antes de tudo um limite à atuação estatal, entendimento esposado por Ingo Sarlet em seu A Eficácia dos Direitos Fundamentais:

"À luz do exposto, poder-se-á sustentar, no âmbito de uma proibição do retrocesso social (considerado em sua dimensão subjetiva), que, de certa forma, os direitos fundamentais sociais prestacionais legislativamente concretizados assumem a condição de verdadeiros direitos de defesa, na medida em que justificam a proteção judicial contra os atos dos poderes públicos que tenham por objetivo sua redução ou mesmo sua destruição"

Dessa forma, havendo concretização de normas que estabeleçam direitos sociais, não é possível ao legislador criar novas regras que redução ou extingam os direitos já efetivados.

A imposição de abstenção atinge todos os Poderes do Estado. Isto porque o Estado Democrático de Direito hoje exige mais do que a simples positivação de direitos e seu soerguimento à fundamentalidade, exige também a sua efetivação.

Nesse sentido é que urge reconhecer a inconstitucionalidade da Lei 11.482/2007 sob pena de se afastar um direito já consolidado e que vinha cumprindo relevantíssima função social, como exigido pela Constituição Federal ao instituir como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem de todos (art. 3º, I, II e IV); bem como ao assegurar a assistência aos desamparados (art. 6º, caput).

Veja:

EMENTA

DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI 11.482/2007, COM EFEITOS RETROATIVOS À MP 340/2006

PORQUE ORIUNDAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS SEM OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA, OFENDENDO AO ART. 62, CF. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, POIS A LEI FERE DIREITOS SOCIAIS NA MEDIDA EM QUE ESTABELECE VALOR FIXO DE INDENIZAÇÃO E NÃO PREVÊ SEU REAJUSTE, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER APLICADA A LEI 6.194/74 COM O TEXTO ANTERIOR. QUANDO JÁ HOUE PAGAMENTO PARCIAL POR PARTE DA SEGURADORA ESTA REALIZA FATO INEQUÍVOCO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO, EXISTINDO APENAS A CONTROVÉRSIA A RESPEITO DO VALOR A SER PAGO. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL QUANDO EXISTE O RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ PELA SEGURADORA. POSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO - CONSTITUCIONALIDADE (Precedentes do STF - RE 298211/MA - Rel. Min. Eros Grau - j. Em 02.02.2005). INAPLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, LEI 1.060/50. SOLUÇÃO DE CONFLITO DE LEIS NO TEMPO DADA PELA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Assim, deve ser afastada a aplicação das Leis 11.482/2007 e 11.945/2009 aos fatos ocorridos desde a edição das MP's 340/2006 e 451/2008, passando a aplicar o texto da Lei 6.194/74 com a redação anterior.

ÔNUS DA PROVA

Alega a ré que o autor não se desincumbiu de demonstrar seu lídimo direito através de provas oficiais, porém é certo que o autor juntou aos autos vasta prova documental, consistente em: > Boletim de Ocorrência do sinistro; Prontuário Médico.

Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, e que certamente será determinada por Vossa Excelência - para demonstrar o lídimo direito pleiteado nestes autos.

É certo ainda que a relação havida entre as partes se caracteriza como de consumo, nos termos do que dispõe os artigos 2º e 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, sendo igualmente certo que as atividades securitárias incluem-se na definição de relação de consumo.

Art. 3º Fornecedor é § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Destarte, a inversão do ônus da prova em favor do autor é plenamente possível in casu, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, que prescreve: VIII - A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

É certo que estão presentes os pressupostos autorizadores da inversão do ônus da prova, uma vez que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita (hipossuficiência) e a veracidade dos fatos narrados na inicial e ora reafirmados são auto evidentes (verossimilhança). Também no mesmo sentido encontram-se diversos julgados no E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, valendo citar alguns colhidos à ventura:

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT CARACTERIZAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONSUMO, COM APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CDC DECRETO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM FUNDAMENTO NA REGRA ESPECIAL DO ART. 6º, VIII, DO CDC PRESENTES A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E A HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR DETERMINAÇÃO À SEGURADORA- RÉ DE ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, EM EXCEÇÃO À REGRA DO ART. 33 DO CPC ADEQUAÇÃO DECISÃO MANTIDA. - Recurso desprovido. (TJ-SP - AG: 2197777020128260000 SP 0219777-70.2012.8.26.0000, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 16/01/2013, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/01/2013 – grifo nosso sempre) Agravo de instrumento. Ação de cobrança de seguro DPVAT. Depósito de honorários periciais. 1. Em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor às relações entre segurador e segurado, há inversão do ônus da prova, não se mostrando teratológica, nem irradiando ilegalidade, a decisão que incumbiu à ré arcar com as despesas da perícia médica. 2. Seria ilusório o benefício legal da inversão do ônus probatório, estabelecido no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, se se impusesse ao hipossuficiente-consumidor o ônus do pagamento das despesas com os salários provisórios do perito; a inversão do ônus da prova implica, igualmente, carrear para a parte contrária essa obrigação, sob pena de estar-se diante de letra morta do dispositivo em apreço. 3. Negaram provimento ao recurso. (TJ-SP - AI: 2207961420128260000 SP 0220796-14.2012.8.26.0000, Relator: Vanderci Álvares, Data de Julgamento: 12/11/2012, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/11/2012 - grifo nosso sempre)

Destarte, resta plenamente demonstrado, através de farta documentação (excluindo-se apenas o laudo do IML), o lídimo direito do autor, sendo plenamente viável a inversão do ônus da prova para que a ré suporte as despesas do laudo que será produzido nestes autos.

FINALIZANDO

Por fim, diante de tudo quando alegado e rebatido, requerem que este juízo não acolha as alegações suscitadas pela requerida, bem como, por tratar-se de questão de direito, seja o feito julgado no estado em que se encontra, e, ao final, seja julgado totalmente procedente o pleito autoral.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Lagarto (SE), 27 de abril de 2020.

Bel. VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA
OAB/SE 7229



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

29/04/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

30/04/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

É cediço que o processo, sobretudo após a edição do atual Código de Processo Civil, tornou-se participativo e cooperativo, pelo que salutar, antes do lançamento de pronunciamentos judiciais, a oitiva das partes, conferindo-lhes a oportunidade de influenciar a conclusão do julgador. Assim, encerrada a fase postulatória, intimem-se as partes para que informem, em 10 (dez) dias, se possuem interesse na produção de outras provas, além daquelas que já constam nos autos, sob pena de julgamento antecipado do mérito. Em caso positivo, deverão ser especificados os meios de prova pretendidos e os fatos controvertidos que buscam demonstrar com cada um deles. Decorrido o prazo anotado, independentemente de manifestação, retornem-me os autos conclusos para decisão conforme o estado do processo. Frei Paulo/SE, 29 de abril de 2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

É cediço que o processo, sobretudo após a edição do atual Código de Processo Civil, tornou-se participativo e cooperativo, pelo que salutar, antes do lançamento de pronunciamentos judiciais, a oitiva das partes, conferindo-lhes a oportunidade de influenciar a conclusão do julgador.

Assim, encerrada a fase postulatória, intimem-se as partes para que informem, em 10 (dez) dias, se possuem interesse na produção de outras provas, além daquelas que já constam nos autos, sob pena de julgamento antecipado do mérito.

Em caso positivo, deverão ser especificados os meios de prova pretendidos e os fatos controvertidos que buscam demonstrar com cada um deles. Decorrido o prazo anotado, independentemente de manifestação, retornem-me os autos conclusos para decisão conforme o estado do processo.

Frei Paulo/SE, 29 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 30/04/2020, às 10:58:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000826871-52**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

08/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ERIVALDO MACEDO MENDES - 3512}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FREI PAULO (SE).

Processo nº 202068000010



MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA e OUTROS, já qualificado nos autos em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, através de advogado constituído, em atenção ao despacho exarado em 05/05/2020, aduzir que NÃO possui interesse na produção de outras provas.

Em tempo, requer seja julgado o processo no estado em que se encontra.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Frei Paulo/SE, 08 de maio de 2020.

Bel. VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA
OAB/SE 7229



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

11/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FREI PAULO/SE

Processo: 202068000010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega que seu ente querido, **JOSE REGES DA CRUZ**, foi vítima fatal de acidente automobilístico, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo cadavérico elaborado pelo Instituto Médico Legal, certificando com exatidão a causa mortis da vítima.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

Por todo o explanado, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 487, I da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FREI PAULO, 8 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

13/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000161}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

13/05/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Intime-se a parte outra para, em 15 dias, manifestar-se sobre os requerimentos formulados pela parte requerida. Frei Paulo/SE, 13/05/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Intime-se a parte outra para, em 15 dias, manifestar-se sobre os requerimentos formulados pela parte requerida.

Frei Paulo/SE, 13/05/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 13/05/2020, às 20:02:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000899767-80**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

27/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ERIVALDO MACEDO MENDES - 3512}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FREI PAULO (SE)

Processo n.º202068000010

DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e OUTRA, já conhecido nestes autos, vem à presença de Vossa Excelência, por meio de seu procurador firmatário, em atenção ao despacho retro exarado por este juízo, manifestar-se nos seguintes termos:

Ab initio, cumpre destacar que os requerentes são filho do falecido, ora herdeiros.

Assim, conforme prevê o artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 8.441/92, os demandantes fazem jus à indenização do seguro DPVAT, na condição de beneficiários.

Em segundo particular, o falecido, JOSÉ REGES DA CRUZ, falecido aos 08/02/2015 sofreu acidente de acidente de trânsito, **CONFORME REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL JÁ ANEXADO, documento em que esclarece a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características.**

O autor faleceu em decorrência dos problemas e infortúnios causados pelo acidente de trânsito.

Os prontuários médicos atestam a evolução dos problemas decorrentes do acidente, os quais levaram a morte do Sr. JOSÉ REGES DA CRUZ.

Não havia qualquer outra intercorrência para a morte do Sr. JOSÉ REGES DA CRUZ a não ser o acidente sofrido, não havendo o que se falar em ausência de laudo cadavérico.

É evidente o nexo de causalidade entre a morte e o acidente de trânsito ocorrido.

Nesse íterim, o artigo 3º, inciso I, fora alterado pela Lei n.º 11.482/2007, a qual fixou o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para indenização de sinistros tendo como consequência a morte.

Assim mister registrar que não houve pagamento administrativo referente ao sinistro em tela.

Por fim, em se tratando do laudo cadavérico, o mesmo resta indispensável, uma vez que basta os exames e prontuários médicos para comprovar que o falecimento por acidente automobilístico.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA . INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012) [...]

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilidade de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Não se olvide, ainda, que em amparo a malfada tese o Ilustre ex adverso colacionou julgado do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo qualificando-o como paradigma recente. Contudo, tal julgado não tem relação

com a preliminar arrolada de falta de documento indispensável. O autor da ação do referido acórdão, inclusive, juntou aos autos o Laudo do IML, tratando-se de um caso em que o perito, realizando laudo pericial nos autos da ação de cobrança, entendeu inexistir a incapacidade do demandante. Anote-se o trecho de interesse: "No entanto, na hipótese vertente, não há como acolher o pedido do autor de nulidade da sentença por cerceamento da defesa e nem de procedência da ação. Isto porque, embora o acidente tenha restado devidamente comprovado (fls 26), o mesmo não ocorreu relativamente à alegada invalidez. Aliás, sustenta o autor que sua incapacidade para as ocupações habituais e a debilidade permanente de função foram reconhecidas por laudo do IML (fls.[...] [...] 173/174). Todavia, constou do referido laudo que a extensão da lesão deveria ser avaliada em exame complementar (fls. 26) Realizada perícia médica judicial (fls. 133/135), concluiu o d. expert "Ao exame clínico pericial encontramos cicatriz cirúrgica no antebraço esquerdo, compatível com procedimento cirúrgico pregresso. [...]" (TJ-SP - APL: 992070292042 SP , Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 17/05/2010, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/05/2010 - grifos e destaques nossos, vide acórdão completo através do link <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14832919/apelacao-apl-992070292042-sp>)

Também a suposta comprovação de que o entendimento do Egrégio TJRJ consolidou-se neste sentido é, para dizer o mínimo, imprecisa, já que todos os julgados citados se referem à falta de juntada do Boletim de Ocorrência, e não do laudo do IML. Aliás, uma consulta no site do E. Tribunal Carioca demonstra justamente o contrário do alegado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT DECISÃO A QUO ACERTADA. LAUDO DO IML QUE NÃO SE CONFUGURA COMO DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA LIDE. CABE PROVA PERICIAL ACERCA DOS FATOS CIRCUNSCRITOS AO EVENTO DANOSO. QUESTÃO REFERENTE À QUEDA NO INTERIOR DO VEÍCULO. AUSÊNCIA DE EXCLUSÃO LEGAL DESSE FATO. O EVENTO DANOSO DEVE SER ANALISADO NO MÉRITO. FATO QUE DEPENDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA [...] (TJRJ 0027996-17.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES. GABRIEL ZEFIRO - Julgamento: 29/05/2013 - DECIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – grifo nosso sempre) EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA e SEGURO OBRIGATÓRIODPVATT - EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM BASE NO ART.2677, IV, DOCPCC A AUSÊNCIA DO LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) QUANTIFICANDO AS LESÕES SOFRIDAS - DISTINÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO E DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROVA DO DIREITO ALEGADO - FALTA DE JUNTADA DO REFERIDO DOCUMENTO QUE NÃO OBSTA O JULGAMENTO DO MÉRITO - DEFICIÊNCIA PROBATÓRIA QUE PERMITE SANAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO -POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA SUPOSTA INCAPACIDADE ATRAVÉS DE PERÍCIA [...] (0114465-97.2012.8.19.0001 – APELACAO - DES. MARIO GUIMARAES NETO - Julgamento: 05/03/2013 - DECIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL)

Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito dos autores, requerendo, portanto, que seja rejeitada a preliminar de falta de pressuposto processual.

Diante de tudo quando alegado e rebatido, requerem que este juízo não acolha as alegações suscitadas pela requerida, bem como, por tratar-se de questão de direito, seja o feito julgado no estado em que se encontra, e, ao final, seja julgado totalmente procedente o pleito autoral.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Lagarto (SE), 27 de maio de 2020.

Bel. VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA
OAB/SE 7229



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

27/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

28/05/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Intimem-se as partes para, em 15 dias, informar se pretendem produzir outras provas. Após, volte o feito concluso. Em 28/05/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Intimem-se as partes para, em 15 dias, informar se pretendem produzir outras provas. Após, volte o feito concluso.

Em 28/05/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 28/05/2020, às 15:04:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000986538-84**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

29/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ERIVALDO MACEDO MENDES - 3512}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FREI PAULO (SE)

Processo n.º202068000010

DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e OUTRA, já conhecido nestes autos, vem à presença de Vossa Excelência, por meio de seu procurador firmatário, manifestar-se nos seguintes termos:

Ab initio, não obstante ao que proclama o Art. 5, §1º d, alínea “a” da lei¹, o qual dispõe serem documentos necessários a certidão de óbito; registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte, requer a juntada do D.O. (Declaração de Óbito) emitida e certificada pelo IML – Instituto Médico Legal (Secretaria de Segurança Pública):

¹ Art. 5º

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:
(...)

a) certidão de óbito; registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

2ª VIA - CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal		2 Data do óbito 03/02/2015 08:20		3 Cartão SUS		4 Naturalidade FREI PAULO-SE	
5 Nome do Falecido JOSE REGES DA CRUZ							
6 Nome do Pai JOSE ROSA DA CRUZ				7 Nome da Mãe OTILIA REGES DA CRUZ			
8 Data de nascimento 03/03/1981		9 Idade 33		10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem.		11 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela	
12 Situação conjugal <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo		13 Escolaridade (última série concluída) Nível: <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo		14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) AGRICULTOR		15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) RUA BRASLIA	
16 CEP 324		17 Bairro/Distrito BO. HAGADICO		18 Município de residência FREI PAULO		19 UF SE	
20 Local de ocorrência do óbito <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros		21 Estabelecimento HUSE		22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.)		23 CEP	
24 Bairro/Distrito		25 Município de ocorrência ARACAJU		26 UF SE		27 UF	
PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE							
28 Idade (anos)		29 Escolaridade (última série concluída) Nível: <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo		30 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)		31 Código CBO 2002	
32 Número de filhos vivos		33 Nº de semanas de gestação		34 Tipo de gravidez <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e mais		35 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Vaginal <input type="checkbox"/> Cesáreo	
36 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado		37 Peso ao nascer		38 Número da Declaração de Nascimento Vivo		39	
ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL							
40 A morte ocorreu <input type="checkbox"/> Na gravidez <input type="checkbox"/> No abortamento <input type="checkbox"/> De 43 dias a 1 ano após o término da gestação <input type="checkbox"/> No parto <input type="checkbox"/> Até 42 dias após o término da gestação <input type="checkbox"/> Não ocorreu nestes períodos		41 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado		42 Necropsia? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado		43	
CAUSAS DA MORTE							
CAUSAS ANTECEDENTES							
PARTE II							
ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA							
a - TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO							
b - ACÇÃO CONTUNDENTE							
c -							
d -							
e -							
f -							
g -							
h -							
i -							
j -							
k -							
l -							
m -							
n -							
o -							
p -							
q -							
r -							
s -							
t -							
u -							
v -							
w -							
x -							
y -							
z -							
44 Nome do Médico SOLANGE SOUZA LIMA							
45 CRM 1250		46 Óbito atestado por Médico <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML		47 Município e UF do SVO ou IML ARACAJU SE		48	
49 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 3236-5429		50 Data do atestado 08/02/2015		51 Assinatura		52	
PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)							
53 Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Outros		54 Acidente de trabalho <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		55 Fonte da informação <input checked="" type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra		56	
57 Descrição sumária do evento Vítima de acidente de trânsito							
58 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input checked="" type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial <input type="checkbox"/> Endereço de residência <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Outro domicílio <input type="checkbox"/> Ignorada							
59 Endereço do local do acidente ou violência Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)							
60 Número		61 Bairro		62 Município		63 UF SE	
64 Cartório		65 Código		66 Registro		67 Data	
68 Município		69		70		71	
72 Declarante		73 Testemunhas		74		75	

Por fim ratifica que toda documentação necessária forma colacionadas aos autos junto a exordial nas fls. 23/52.

Em tempo, informa que NÃO possui interesse na produção de outras provas, logo, requer seja julgado o processo no estado em que se encontra.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Lagarto (SE), 29 de maio de 2020.

Bel. VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA
OAB/SE 7229

Identificação

1 Tipo de óbito 1 <input type="checkbox"/> Fetal 2 <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal	2 Data do óbito 08/02/2015 08:20	3 Cartão SUS	4 Naturalidade FREI PAULO-SE Município / UF (se estrangeiro informar País)
5 Nome do Falecido JOSE REGES DA CRUZ			
6 Nome do Pai JOSE ROSA DA CRUZ		7 Nome da Mãe OTILIA REGES DA CRUZ	
8 Data de nascimento 03/11/1981	9 Idade Anos completos 33 Menores de 1 ano Meses Dias Horas Minutos Ignorado 9	10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem. <input type="checkbox"/> I - Ignorado	11 Raça/Cor 1 <input type="checkbox"/> Branca 4 <input checked="" type="checkbox"/> Parda 2 <input type="checkbox"/> Preta 5 <input type="checkbox"/> Indígena 3 <input type="checkbox"/> Amarela
13 Escolaridade (última série concluída) Nível 0 <input type="checkbox"/> Sem escolaridade 3 <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) Ignorado 1 <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) 4 <input type="checkbox"/> Superior incompleto 2 <input checked="" type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) 5 <input type="checkbox"/> Superior completo		14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) AGRICULTOR Código CBO 2002	

Residência

15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) RUA BRASILIA	Número 321	16 CEP
17 Bairro/Distrito RUA MAGADICO	Código	18 Município de residência FREI PAULO
Código	Código	19 UF SE

Ocorrência

20 Local de ocorrência do óbito 1 <input checked="" type="checkbox"/> Hospital 3 <input type="checkbox"/> Domicílio 5 <input type="checkbox"/> Outros Ignorado 2 <input type="checkbox"/> Outros estab. saúde 4 <input type="checkbox"/> Via pública 6 <input type="checkbox"/> Aldeia Indígena	21 Estabelecimento HUSE Código CNES
22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.)	
24 Bairro/Distrito	25 Município de ocorrência ARACAJU
Código	Código
26 UF SE	

Fetal ou menor que 1 ano

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE			
27 Idade (anos)	28 Escolaridade (última série concluída) Nível 0 <input type="checkbox"/> Sem escolaridade 3 <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) Ignorado 1 <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) 4 <input type="checkbox"/> Superior incompleto 2 <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) 5 <input type="checkbox"/> Superior completo	29 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada) Código CBO 2002	
30 Número de filhos tidos Nascidos vivos 1 Perdas fetais/abortos 1 99 <input type="checkbox"/> Ignorado	31 Nº de semanas de gestação 1 99 <input type="checkbox"/> Ignorado	32 Tipo de gravidez 1 <input type="checkbox"/> Única 2 <input type="checkbox"/> Dupla 3 <input type="checkbox"/> Tripla e mais 9 <input type="checkbox"/> Ignorada	33 Tipo de parto 1 <input type="checkbox"/> Vaginal 2 <input type="checkbox"/> Cesáreo 9 <input type="checkbox"/> Ignorado
34 Morte em relação ao parto 1 <input type="checkbox"/> Antes 2 <input type="checkbox"/> Durante 3 <input type="checkbox"/> Depois 9 <input type="checkbox"/> Ignorado		35 Peso ao nascer Gramas	36 Número da Declaração de Nascido Vivo

Condição e causas do óbito

ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL		ASSISTÊNCIA MÉDICA		DIAGNÓSTICO CONFIRMADO POR:	
37 A morte ocorreu 1 <input type="checkbox"/> Na gravidez 3 <input type="checkbox"/> No abortamento 5 <input type="checkbox"/> De 43 dias a 1 ano após o término da gestação Ignorado 2 <input type="checkbox"/> No parto 4 <input type="checkbox"/> Até 42 dias após o término da gestação 8 <input type="checkbox"/> Não ocorreu nestes períodos	38 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? 1 <input checked="" type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	39 Necrópsia? 1 <input checked="" type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 9 <input type="checkbox"/> Ignorado	Tempo aproximado entre o início da doença e a morte CID		
40 CAUSAS DA MORTE PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte. CAUSAS ANTECEDENTES Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.		ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA			
a TRAUMATISMO CRÂNIOENCEFÁLICO Devido ou como consequência de:					
b ACAD CONTUNDENTE Devido ou como consequência de:					
c Devido ou como consequência de:					
d Devido ou como consequência de:					
PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.					

Médico

41 Nome do Médico SOLANGE SOUZA LIMA	42 CRM 1250	43 Óbito atestado por Médico 1 <input type="checkbox"/> Assistente 4 <input type="checkbox"/> SVO 2 <input type="checkbox"/> Substituto 5 <input type="checkbox"/> Outro 3 <input checked="" type="checkbox"/> IML	44 Município e UF do SVO ou IML ARACAJU SE
45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 3216-5429	46 Data do atestado 08/02/2015	47 Assinatura [Assinatura]	

Causas externas

PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)			
48 Tipo 1 <input checked="" type="checkbox"/> Acidente 3 <input type="checkbox"/> Homicídio 49 <input type="checkbox"/> Acidente do trabalho 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 2 <input type="checkbox"/> Suicídio 4 <input type="checkbox"/> Outros 9	50 Fonte da informação 1 <input checked="" type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº 2 <input type="checkbox"/> Hospital 3 <input type="checkbox"/> Família 4 <input type="checkbox"/> Outra 9	Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência 1 <input type="checkbox"/> Via pública 4 <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial 2 <input type="checkbox"/> Endereço de residência 5 <input type="checkbox"/> Outros 3 <input type="checkbox"/> Outro domicílio 9 <input type="checkbox"/> Ignorada	
51 Descrição sumária do evento Vítima de acidente de trânsito			
52 ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)			
53 Cartório 134	54 Registro	55 Data	56 UF SE
57 Município	58 Declarante	59 Testemunhas A	





**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

03/06/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FREI PAULO/SE

Processo: 202068000010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls., informar que não possui interesse em produzir outras provas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FREI PAULO, 2 de junho de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

03/06/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

05/06/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Considerando que os demandantes são menores de idade, determino a intimação do Ministério Público para, no prazo legal, manifestar o que entender de direito nos limites da sua intervenção como fiscal da ordem jurídica. Ademais, oficie-se ao INSS a fim de que, no prazo legal, informe a este Juízo sobre os dependentes do de cujus. Frei Paulo, 05/06/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Considerando que os demandantes são menores de idade, determino a intimação do Ministério Público para, no prazo legal, manifestar o que entender de direito nos limites da sua intervenção como fiscal da ordem jurídica.

Ademais, officie-se ao INSS a fim de que, no prazo legal, informe a este Juízo sobre os dependentes do *de cujus*.

Frei Paulo, 05/06/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 05/06/2020, às 10:33:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001038679-87**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

08/06/2020

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Vista ao MP
 Intimação enviada ao Ministério Público (1º grau) - Promotoria de Justiça.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

08/06/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202068002244 do tipo OFÍCIO DE (assinante juiz) [TM3001,MD2027]

{Destinatário(a): INSS}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Frei Paulo
Travessa Coronel Cassimiro, 79
Bairro - Centro Cidade - Frei Paulo
Cep - 49514-000 Telefone - (79)3447-1336

Normal(Justiça Gratuita)



202068002244

PROCESSO: 202068000010 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000010-89.2020.8.25.0028
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE E OUTROS: davi vieira reges da cruz
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: Ademais, oficie-se ao INSS a fim de que, no prazo legal, informe a este Juízo sobre os dependentes do de cujus JOSÉ REGES DA CRUZ, falecido aos 08/02/2015.

Em caso de resposta ao presente ofício, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente/Respeitosamente,

Destinatário

Nome: INSS

Endereço: Avenida Ivo de Carvalho, , 296

Bairro: Centro

Cidade: Itabaiana - SE

CEP: 49500001

[TM3001, MD2027]



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Magistrado(a) de Frei Paulo**, em 08/06/2020, às 19:57:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001054377-15**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

10/06/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Intimação da Promotoria considerada em 10/06/2020, mediante consulta processual do(a) Promotor(a) ALDELEINE MELHOR BARBOSA, referente ao movimento Intimação Eletrônica, do dia 08/06/2020, às 11:14:31.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

15/06/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

MANIFESTAÇÃO

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Manifestação Ministério Público

Processo nº: 202068000010

Processo nº 202068000010

MM Juiz,

Antes de nos pronunciarmos acerca do *meritum causae*, o Ministério Público manifesta-se no sentido de que seja oficiado o INSS, solicitando-se informações acerca da existência de outros beneficiários vinculados ao nome do extinto JOSÉ REGES DA CRUZ, CPF nº 016.792.585-75, após o que dirá.

Frei Paulo/SE, 15 de junho de 2020.

ALDELEINE MELHOR BARBOSA

PROMOTORA DE JUSTIÇA



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

15/06/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

15/06/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Defiro o requerimento formulado pelo Ministério Público na manifestação retro. Oficie-se ao INSS conforme o postulado. Frei Paulo/SE, 15/06/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Defiro o requerimento formulado pelo Ministério Público na manifestação retro. Oficie-se ao INSS conforme o postulado.

Frei Paulo/SE, 15/06/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 15/06/2020, às 17:36:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001090756-07**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

19/06/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguarde-se resposta do mandado 202068002244

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

24/07/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que até o momento não houve devolução do mandado 202068002244, por conta disso expeça-se um novo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

27/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 202068002244, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): INSS}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Digital

9-7

DESTINATÁRIO

INSS

Avenida Ivo de Carvalho nº 296. Centro.

49500001 - Itabaiana - SE

AR886999566SG



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 202068000010 e mandado nro. 202068002244

TENTATIVAS DE ENTREGA

25/06/2020 43:

2ª _____:

3ª _____:

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
devolver o
objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 5 Outros: _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

[Handwritten signature]
Carteiro
8.727.000-3

ASSINATURA DO RECEBEDOR

LETEIA OLIVEIRA SANTOS

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

INFORMAÇÃO PRESTADA PELO FUNCIONÁRIO

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

15/07/2020
7212680



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

29/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Junto aos autos ofício do INSS enviado por email.
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não


Zimbra

freipaulo@tjse.jus.br

Processo 202068000010

De : Ana Marcia Fassbender Prata
<ana.fassbender@inss.gov.br>

Seg, 27 de jul de 2020 23:37

 1 anexo

Assunto : Processo 202068000010

Para : freipaulo@tjse.jus.br

Prezados, bom dia!

Em atenção ao Ofício nº 202068002244, referente ao Processo nº 202068000010, informamos que não localizamos dependentes habilitados à Pensão por Morte Previdenciária, nesta data, tendo como instituidor José Reges da Cruz, conforme telas de nossos sistemas corporativos em anexo.

Atenciosamente,

--

Ana Marcia Fassbender Prata
Técnico do Seguro Social - Matr. 1527521
Gerente de APS
22001040 - APS Itabaiana/SE
GEX Aracaju - SE
Tel.: 79 32059379 - VoIP 59379



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Só imprima o necessário. Preserve o meio ambiente

**JOSE REGES DA CRUZ.pdf**104 KB

PESINS - Pesquisa Instituidor por Nome

Acao

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim

Nome: JOSE REGES DA CRUZ

Mae :

Data Nasc.: (DDMMAAAA)

A T E N C A O

Caso encontre muitos nomes, esta pesquisa podera demorar um pouco mais. Neste caso, a cada 150 nomes, voce precisara esperar que os proximos 150 sejam disponibilizados. Por favor, aguarde a resposta e:

NAO TRANSMITA DUAS VEZES A MESMA TELA

NAO HA INSTITUIDOR COM OS DADOS INFORMADOS

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3



INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

27/07/2020 23:27:27

Identificação do Filiado**Nit:** 1.276.110.876-2**CPF:** 016.792.585-75**Nome:** JOSE REGES DA CRUZ**Data de Nascimento:** 01/11/1981**Nome da Mãe:** OTILIA REGES DA CRUZ**Relações Previdenciárias**

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	1.276.110.876-2	15.616.691/0001-20	NASSAL NASCIMENTO E SALES CONSTRUCAO LTDA	Empregado	01/08/2006		06/2007	
2	1.276.110.876-2	51.200.88881/66	KARINA OLIVEIRA FERREIRA	Empregado	01/08/2008		01/2009	
3	1.276.110.876-2	94.806.957/0001-73	DOK CALCADOS DO SERGIPE LTDA	Empregado	01/09/2009	21/10/2011	10/2011	
4	1.276.110.876-2	5407471856	31 - AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO	Não Informado	02/05/2010	17/06/2010		
5	1.276.110.876-2	5456452789	31 - AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO	Não Informado	10/04/2011	26/06/2011		
6	1.276.110.876-2	5520802579	31 - AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO	Não Informado				



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

29/07/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes para se manifestarem do ofício do INSS juntado aos autos no movimento do dia 29/07/2020
13:40:36. Prazo de 10 dias

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

03/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ERIVALDO MACEDO MENDES - 3512}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FREI PAULO (SE)

Processo n.º202068000010

DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e OUTRA, já conhecido nestes autos, vem à presença de Vossa Excelência, por meio de seu procurador firmatário, manifestar-se nos no sentido de que os requerentes são os únicos filhos/herdeiros/dependentes do falecido.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Lagarto (SE), 03 de agosto de 2020.

Bel. VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA
OAB/SE 7229



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

06/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FREI PAULO/SE

Processo: 202068000010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que o documento em questão somente não traz fatos novos, ou informação que possa trazer esclarecimento nestes autos.

Dessa forma, requer o julgamento da demanda, pela total improcedência.

Nestes termos
Pede Deferimento,

FREI PAULO, 4 de agosto de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

10/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000263}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

14/08/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Intime-se o Ministério Público para, no prazo legal, manifestar-se nos limites da sua intervenção como fiscal da ordem jurídica. Frei Paulo/SE, 13/08/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Intime-se o Ministério Público para, no prazo legal, manifestar-se nos limites da sua intervenção como fiscal da ordem jurídica

Frei Paulo/SE, 13/08/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 14/08/2020, às 11:23:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001460907-40**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

17/08/2020

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

vista</br> Intimação enviada ao Ministério Público (1º grau) - Promotoria de Justiça.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

17/08/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Intimação da Promotoria considerada em 17/08/2020, mediante consulta processual do(a) Promotor(a) ALDELEINE MELHOR BARBOSA, referente ao movimento Intimação Eletrônica, do dia 17/08/2020, às 05:54:19.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

MANIFESTAÇÃO

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Processo nº: 202068000010

Processo nº - 202068000010

MM Juiz,

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO c/c DANOS MORAIS** movida por RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ, DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e EMILY VICTÓRIA VIEIRA DA CRUZ, menores representados por sua genitora MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SILVA, por intermédio de Advogado legalmente constituído, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, também já devidamente qualificada.

Com a inicial juntou os documentos.

Ad sumam, alegam os requerentes que o Sr. JOSÉ REGES DA CRUZ, pai dos autores menores, faleceu no dia 18 de fevereiro de 2015, razão pela qual fazem jus ao recebimento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – art. 3º, inciso I da Lei 6.194/1974 – pelo sinistro, por serem dependentes do *de cujus*.

Informaram ainda que não efetuaram pedido pela via administrativa e que tal circunstância não é óbice ao ajuizamento da presente demanda.

O INSS, às fls. 154/156, informou sobre a inexistência de outros dependentes vinculados ao instituidor JOSÉ REGES DA CRUZ.

O feito transcorreu regularmente com a observância de todas as normas processuais atinentes à espécie e a prova documental trazida junto com a exordial é suficiente para supedanear o pleito das requerentes.

É o relato do necessário.

Eis a manifestação.

Eminente Julgador, trata-se de pedido onde se pretende obter o pagamento de indenização referente ao prêmio do seguro DPVAT, o famoso “Seguro Obrigatório”, regido pela Lei 6.194/74.

Reza o art. 5º, da Lei 6.194/74 que: *“o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”*.

Os requerentes fazem *jus* ao referido prêmio, uma vez que devidamente comprovada a condição de herdeiros e dependentes do *de cujus* JOSÉ REGES DA CRUZ, vítima fatal de acidente automobilístico, conforme faz prova a certidão de óbito de fls. 23, declaração de óbito de fls. 24 e relatório e prontuários médicos de fls. 29/53.

Os herdeiros RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ, DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e EMILY VICTÓRIA VIEIRA DA CRUZ tiveram tal condição evidenciada diante da simples análise de suas Carteiras de Identidade (fls. 18/20), onde consta a informação de serem filhos de JOSÉ REGES DA CRUZ.

Não tendo havido pagamento de qualquer valor aos demandantes pela via administrativa, deverá a requerida ser condenada ao pagamento do seguro DPVAT no valor vindicado na exordial, o qual corresponde àquele previsto para o caso de morte, conforme art. 3º, inciso I da Lei 6.194/74, acrescidos de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, o qual deverá ser dividido em partes iguais.

Registre-se que Seguradora, ora demandada, em nenhum momento arguiu ter efetuado qualquer tipo de pagamento pela via administrativa em benefício dos requerentes em razão do sinistro com resultado morte envolvendo JOSÉ REGES DA CRUZ.

Assim, sem mais delongas, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE** manifesta-se pela **PROCEDÊNCIA** da inicial para condenar a requerida ao pagamento de indenização no valor

de R\$ 13.500,00, que corresponde ao valor previsto para o caso de morte, conforme art. 3º, inciso I da Lei 6.194/74, acrescidos de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, quantia que deverá ser dividida em partes iguais entre os demandantes.

Frei Paulo/SE, 26 de agosto de 2020

ALDELEINE MELHOR BARBOSA

PROMOTORA DE JUSTIÇA.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

27/08/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Fazer conclusão

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

31/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

ao juiz</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000292}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

01/09/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Intimem-se as partes para, em 15 dias, apresentar alegações finais. Frei Paulo/SE, 01/09/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Intimem-se as partes para, em 15 dias, apresentar alegações finais.

Frei Paulo/SE, 01/09/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 01/09/2020, às 13:08:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001596147-12**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

09/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ERIVALDO MACEDO MENDES - 3512}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE FREI PAULO (SE)

Processo n.º202068000010

DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e OUTRA, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, por intermédio de seu procurador firmatário, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS**, reiterando desde já, as alegações constantes na exordial e nas manifestações dos requerentes constantes nos autos.

DA INSTRUÇÃO DO FEITO E DA CONCLUSÃO

Douto julgador, restou devidamente provado, durante a instrução dos processos, que, de fato os requerentes são os únicos filhos/herdeiros/dependentes do falecido.

Ab initio, não obstante ao que proclama o Art. 5, §1º d, alínea “a” da lei¹, o qual dispõe serem documentos necessários a certidão de óbito; registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte, requer a juntada do D.O. (Declaração de Óbito) emitida e certificada pelo IML – Instituto Médico Legal (Secretaria de Segurança Pública):

¹ Art. 5º

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:
(...)

a) certidão de óbito; registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

2ª VIA - CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal		2 Data do óbito 03/02/2015 18:20		3 Cartão SUS		4 Naturalidade FREI PAULO-SE	
5 Nome do Falecido JOSE REGES DA CRUZ							
6 Nome do Pai JOSE ROSA DA CRUZ				7 Nome da Mãe OTILIA REGES DA CRUZ			
8 Data de nascimento 03/11/1981		9 Idade 33		10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem.		11 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela	
12 Situação conjugal <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo		13 Escolaridade (última série concluída) <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série)		14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) AGRICULTOR		15 Código CBO 2002	
16 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) RUA BRASILIA							
17 CEP 324							
18 Município de residência FREI PAULO							
19 UF SE							
20 Local de ocorrência do óbito <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros							
21 Estabelecimento HUSE							
22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.)							
23 CEP							
24 Município de ocorrência ARACAJU							
25 UF SE							
PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE							
26 Idade (anos)		27 Escolaridade (última série concluída)		28 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)		29 Código CBO 2002	
30 Número de filhos vivos		31 Nº de semanas de gestação		32 Tipo de gravidez		33 Tipo de parto	
34 Morte em relação ao parto		35 Peso ao nascer		36 Número da Declaração de Nascimento Vivo		37	
ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL							
38 A morte ocorreu <input type="checkbox"/> Na gravidez <input type="checkbox"/> No abortamento <input type="checkbox"/> De 43 dias a 1 ano após o término da gestação							
39 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado							
40 CAUSAS DA MORTE							
PARTE I							
Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.							
CAUSAS ANTECEDENTES							
Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.							
PARTE II							
Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.							
41 Nome do Médico SOLANGE SOUZA LIMA							
42 CRM 1250							
43 Óbito atestado por Médico <input checked="" type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML							
44 Município e UF do SVO ou IML ARACAJU SE							
45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 3236-5429							
46 Data do atestado 08/02/2015							
47 Assinatura							
PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)							
48 Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Suicídio							
49 Acidente do trabalho <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não							
50 Fonte da informação <input checked="" type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra							
51 Descrição sumária do evento Vítima de acidente de trânsito							
52 Endereço do local do acidente ou violência							
53 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)							
54 Número							
55 Bairro							
56 Município							
57 UF SE							
58 Cartório							
59 Registro							
60 Declarante							
61 Testemunhas							

Ademais, conforme prevê o artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 8.441/92, os demandantes fazem jus à indenização do seguro DPVAT, na condição de beneficiários.

Em segundo particular, o falecido, JOSÉ REGES DA CRUZ, falecido aos 08/02/2015 sofreu acidente de trânsito, **CONFORME REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL JÁ ANEXADO, documento em que esclarece a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características.**

O pai dos autores faleceu em decorrência dos problemas e infortúnios causados pelo acidente de trânsito.

Os prontuários médicos atestam a evolução dos problemas decorrentes do acidente, os quais levaram a morte do Sr. JOSÉ REGES DA CRUZ.

Não havia qualquer outra intercorrência para a morte do Sr. JOSÉ REGES DA CRUZ a não ser o acidente sofrido, não havendo o que se falar em ausência de laudo cadavérico.

É evidente o nexo de causalidade entre a morte e o acidente de trânsito ocorrido.

Nesse íterim, o artigo 3º, inciso I, fora alterado pela Lei n.º 11.482/2007, a qual fixou o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para indenização de sinistros tendo como consequência a morte.

Assim mister registrar que não houve pagamento administrativo referente ao sinistro em tela.

Por fim, em se tratando do laudo cadavérico, o mesmo resta indispensável, uma vez que basta os exames e prontuários médicos para comprovar que o falecimento por acidente automobilístico.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA . INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012) [...]

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilidade de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Não se olvide, ainda, que em amparo a malfada tese o Ilustre ex adverso colacionou julgado do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo qualificando-o como paradigma recente. Contudo, tal julgado não tem relação com a preliminar arrolada de falta de documento indispensável. O autor da ação do referido acórdão, inclusive, juntou aos autos o Laudo do IML, tratando-se de um caso em que o perito, realizando laudo pericial nos autos da ação de cobrança, entendeu inexistir a incapacidade do demandante. Anote-se o trecho de interesse: "No entanto, na hipótese vertente, não há como acolher o pedido do autor de nulidade da sentença por cerceamento da defesa e nem de procedência da ação. Isto porque, embora o acidente tenha restado devidamente comprovado (fls 26), o mesmo não ocorreu relativamente à alegada invalidez. Aliás, sustenta o autor que sua incapacidade para as ocupações habituais e a debilidade permanente de função foram reconhecidas por laudo do IML (fls.[...] [...] 173/174). Todavia, constou do referido laudo que a extensão da lesão deveria ser avaliada em exame complementar (fls. 26) Realizada perícia médica judicial (fls. 133/135), concluiu o d. expert "Ao exame clínico pericial encontramos cicatriz cirúrgica no antebraço esquerdo, compatível com procedimento cirúrgico pregresso. [...]" (TJ-SP - APL: 992070292042 SP , Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 17/05/2010, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/05/2010 - grifos e destaques nossos, vide acórdão completo através do link <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14832919/apelacao-apl-992070292042-sp>)

Também a suposta comprovação de que o entendimento do Egrégio TJRJ consolidou-se neste sentido é, para dizer o mínimo, imprecisa, já que todos os julgados citados se referem à falta de juntada do Boletim de Ocorrência, e não do laudo do IML. Aliás, uma consulta no site do E. Tribunal Carioca demonstra justamente o contrário do alegado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT DECISÃO A QUO ACERTADA. LAUDO DO IML QUE NÃO SE CONFUGURA COMO DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA LIDE. CABE PROVA PERICIAL ACERCA DOS FATOS CIRCUNSCRITOS AO EVENTO DANOSO. QUESTÃO REFERENTE À QUEDA

NO INTERIOR DO VEÍCULO. AUSÊNCIA DE EXCLUSÃO LEGAL DESSE FATO. O EVENTO DANOSO DEVE SER ANALISADO NO MÉRITO. FATO QUE DEPENDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA [...] (TJRJ 0027996-17.2013.8.19.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO DES. GABRIEL ZEFIRO - Julgamento: 29/05/2013 - DECIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – grifo nosso sempre) EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA ¿ SEGURO OBRIGATÓRIODPVATT - EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM BASE NO ART.2677, IV, DOCPCC A AUSÊNCIA DO LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) QUANTIFICANDO AS LESÕES SOFRIDAS - DISTINÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO E DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROVA DO DIREITO ALEGADO - FALTA DE JUNTADA DO REFERIDO DOCUMENTO QUE NÃO OBSTA O JULGAMENTO DO MÉRITO - DEFICIÊNCIA PROBATÓRIA QUE PERMITE SANAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO -POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA SUPOSTA INCAPACIDADE ATRAVÉS DE PERÍCIA [...] (0114465-97.2012.8.19.0001 – APELACAO - DES. MARIO GUIMARAES NETO - Julgamento: 05/03/2013 - DECIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL)

Destarte, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito dos autores.

DA CONCLUSÃO

Isto posto, requer, seja julgado totalmente PROCEDENTE os pedidos autorais, forte nas argumentações de fato e de direito acima delineadas.

NESTES TERMOS PEDE DEFERIMENTO

Lagarto (SE), 09 de setembro de 2020.

Bel. VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA
OAB/SE 7229



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

12/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FREI PAULO/SE

Processo: 202068000010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar a presente **ALEGAÇÕES FINAIS em forma de MEMORIAIS**, o que faz consubstanciado nas razões que seguem abaixo, expondo para em seguida requerer.

Aclarado Julgador, a Seguradora ré faz uso de suas Alegações Finais em forma de Memoriais para trazer a vosso crivo a análise da presente demanda, bem como apresentar sucintamente suas considerações referentes às suas teses de defesa.

Alegam os autores que seu genitor Jose Reges da Cruz, foi vítima fatal de acidente automobilístico.

No entanto, conforme já sustentado, não foi apresentada a cópia do Laudo de Exame Cadavérico da vítima, sendo certo que não ficou comprovado através da certidão de óbito que a morte da vítima decorreu do acidente automobilístico.

Tal comprovação é ônus do autor em razão de ser fato constitutiva do seu direito, segundo preconiza o art. 373, I, do CPC.

Dessa forma, carecendo prova a prova em questão, merece que os pedidos sejam julgados improcedentes.

Por outro lado, vale destacar, que, a verba indenitária deverá ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Dessa forma, por tudo mais que dos autos consta, bem como as provas produzidas, reportando-se o Réu as razões apresentadas na contestação, e fundamentação exposta na presente alegações finais, requer a total improcedência da demanda com a extinção do processo na forma do art. 487, I do CPC.

No mais, tendo em vista a existência de interesse de incapaz requer a intimação do Ministério Público para os fins dos artigos 178, II e 279 do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FREI PAULO, 10 de setembro de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

28/09/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

FREI PAULO DA COMARCA DE FREI PAULO
Praça Capitão João Tavares, Bairro Centro, Frei Paulo/SE, CEP 49514000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202068000010

DATA:

07/10/2020

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

(...)Ex positis, DECLARO O FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO para, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGAR PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, sendo devida a percepção do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) deverá ser paga da seguinte forma: 1/3 para cada um dos demandantes, com base no art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/1978. A quantia indenizatória deverá ser corrigida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (INPC), bem como devem ser aplicados juros de 1% ao mês desde a data desta decisão. CONDENO a parte requerida a pagar as despesas processuais e honorários ao(à) advogado(a) da parte autora, cujo valor arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, incisos I a IV, do Código de Ritos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em 06/10/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Frei Paulo**

Nº Processo 202068000010 - Número Único: 0000010-89.2020.8.25.0028

Autor: MARIA DE FATIMA VIEIRA SILVA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência

SENTENÇA

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO

Trata-se de **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DE VIDA (DPVAT)** recebida pelo rito ordinário, movida por **RAFAEL VIEIRA REGES DA CRUZ, DAVI VIEIRA REGES DA CRUZ e EMILLY VICTÓRIA VIEIRA DA CRUZ**, menores representados pela sua genitora Maria de Fátima Vieira Silva, nos autos qualificados, em face de a **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DPVAT**, igualmente qualificada. O fundamento da propositura desta demanda consiste no recebimento de indenização a título de seguro obrigatório devida em virtude de acidente veicular. Alegaram os demandantes que o Sr. José Reges da Cruz (ex-companheiro da genitora dos requerentes e genitor destes) sofreu acidente automobilístico que o levou a óbito em 08/02/2015, não tendo protocolado o pedido administrativo junto à seguradora requerida. Afirmam que fazem jus à percepção do *quantum* máximo previsto na legislação especial, qual seja, o de R\$ 13,500,00 (treze mil e quinhentos). Pugnam pela condenação da seguradora ré ao pagamento de tal montante.

Petição inicial, procuração e documentação acostada às pp. 14/61.

No despacho preambular foi determinada a citação do requerido.

Regularmente citada, a requerida apresentou contestação, no que impugnou o mérito dos pedidos formulados pela parte autora.

Réplica às pp. 99/110.

Convertido o julgamento em diligência, determinou-se que fosse oficiado ao INSS para que fornecesse relação dos dependentes do *de cujus*.

O INSS respondeu ao ofício às pp. 154/156.

Manifestação da parte autora à p. 159.

Manifestação da seguradora ré à p. 161.

O Ministério Público emitiu parecer final às pp. 168/170 no sentido da procedência do pedido.

Vieram-me os autos conclusos.

Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar e decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Consoante se depreende da análise detida dos fatos e fundamentos colimados na presente *res judicium deducta*, versa a presente demanda sobre a cobrança de valores supostamente não ressarcidos em decorrência de acidente veicular em via terrestre.

Uma vez que não foram suscitadas questões prévias, analisarei o mérito da demanda.

Sucintamente, a parte autora visa a receber a integralidade do valor devido a título de indenização por morte do instituidor decorrente por acidente veicular em via terrestre (DPVAT), nos termos do art. 3º da Lei nº 6.194/74, arguindo que o valor percebido deveria ser o que consta no inciso II do mencionado dispositivo (R\$ 13.500,00 – treze mil e quinhentos reais).

Da leitura da *causa mortis* contida na certidão de óbito que instruiu a peça vestibular é de se concluir que o instituidor faleceu em virtude de ferimentos sofridos em acidente veicular, o que atrai a incidência da Lei n. 6.194/1974 e a indenização correspondente em seu grau máximo, qual seja, o de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em termos cristalinos, o quantum ressarcitório no caso ora ventilado deve corresponder a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Consoante dispõe o art. 4º da Lei do DPVAT, “a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil”. O art. 792 do *Codex* dispõe que “na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária”. A vocação hereditária é regida pelo art. 1.829 do Código Civil. Recente alteração na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal equiparou os direitos do companheiro aos do cônjuge supérstite, fazendo valer a isonomia preconizada pelo Texto Magno. Assim sendo, o companheiro sobrevivente concorre com os descendentes, fazendo jus a 50% da indenização securitária.

Determinou-se a notificação ao INSS a fim de que informasse a relação de dependentes do falecido, no que se constatou a inexistência de dependentes.

A indenização, portanto, deve ser paga observando-se a regra do art. 792 c/c art. 1.829, inciso I, ambos do Código Civil.

No caso em tela, a indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) deverá ser paga da seguinte forma: 1/3 (um terço) para cada um dos requerentes.

III – DISPOSITIVO

Ex positis, **DECLARO O FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO** para, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGAR PROCEDENTE** o pedido formulado pela parte autora, sendo devida a percepção do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) deverá ser paga da seguinte forma: 1/3 para cada um dos demandantes, com base no art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/1978.

A quantia indenizatória deverá ser corrigida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (INPC), bem como devem ser aplicados juros de 1% ao mês desde a data desta decisão.

CONDENO a parte requerida a pagar as despesas processuais e honorários ao(à) advogado(a) da parte autora, cujo valor arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, incisos I a IV, do Código de Ritos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Em 06/10/2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RODRIGO DE MORAES LISBOA, Juiz(a) de Frei Paulo**, em 07/10/2020, às 10:31:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001896600-14**.